

REVISTA
**MUNDO
ECONÔMICO**

ISSN 2594-4592
D.O.I 10.47592/MUNDO9221

PERIODICIDADE | SEMESTRAL

AGO | DEZ 2022

V.9, N.2

Apresentação

Jomar Fernandes¹

A economia brasileira enfrenta uma gama de problemas, tanto de natureza conjuntural quanto estruturais, estes ligados à sua histórica posição na Divisão Internacional do Trabalho imposta ao país desde os tempos da colonização lusitana. Apesar de um significativo crescimento econômico, pautado pela diversificação industrial nas três décadas posteriores à segunda guerra e, mais recentemente, da abertura comercial, da estabilização macroeconômica, do aumento da escolaridade, do incremento do investimento e da inovação tecnológica, ocorridos a partir de meados dos anos 1990 e primeira década dos anos 2000, o país não consegue manter um crescimento sustentável, o que indica que esses elementos não são suficientes para conferir um dinamismo para a atividade econômica. Onde estaria o problema? Muitos apontam a baixa produtividade, oriunda, dentre outras causas, da alta informalidade (absoluta e relativa), não só do trabalho, mas também do capital.

A questão da elevada informalidade, cuja medição feita no Brasil está longe de representar os números reais, amplia um processo de má alocação de recursos que trava o crescimento da produtividade e compromete o desenvolvimento em longo prazo, problema que é ampliado pela atenção excessiva que os gestores de política econômica, em todos os tempos, dão ao curto prazo.

A questão fica mais visível quando visitamos o sistema tributário brasileiro de apoio a pequena e microempresa – o Simples Nacional. É um instrumento de política econômica bastante paradoxal. Por um lado, apoia os pequenos negócios pela simplificação da apuração tributária e diminuição considerável da carga. Por outro, desestimula que as empresas cresçam pois, se crescerem, vão para o regime normal, onde pagam mais impostos. O resultado é que, quando um negócio cresce, ele se divide em dois, três ou mais novas microempresas. Com isso, a escala de produção nunca é alcançada e o índice de mortalidade e nascimento de firmas a cada ano (rotação) é extraordinário.

Somente essas breves constatações já demonstram a importância do debate acadêmico no âmbito da economia, terreno em que a Revista Mundo Econômico, editada pelo CORECON – MA Acadêmico, CORECON – MA e IMESC, vem produzindo uma rica contribuição. O mundo dos periódicos científicos é marcado pelas dificuldades de manutenção, de modo especial no tempo presente, onde a superficialidade das interações nas redes sociais é a tônica dos “debates” diários de uma sociedade que está perdendo a consciência crítica e apresenta dificuldades para diferenciar fato de ficção. É, portanto, digno de nota que a Revista Mundo Econômico esteja presente (no Maranhão, Brasil e mundo) desde o ano de 2017, sem interrupções, trazendo dados, ideias e interpretações, de diversas visões – a pluralidade de paradigmas é uma de suas características – para contribuir com as mudanças necessárias.

Nesta edição, cinco artigos trazem ao leitor temas tão variados quanto ricos em significado. O artigo 1, **“Espectros da Dívida: para uma economia política do futuro”**, do professor Saulo Pinto, inicia-se com uma citação provocante de Gilles Deleuze, da obra Conversações (1992): “O homem

¹ Mestre em Desenvolvimento Econômico (UFMA) e doutorando em economia (PPGE-UFPA).

não é mais o homem confinado, mas o homem endividado." Seguindo a tradição de Foucault, que estudou profundamente as "sociedades disciplinares", Deleuze demonstra que o homem moderno continua sob controle. Não mais unicamente pelos ferros do cárcere, mas pelas regras do capital. O artigo de Saulo Pinto não trata diretamente desse tema, mas da natureza da crise atual: "... que tem a permanência como regra e a lentidão como intensidade", diferenciando-se das crises episódicas. E, justamente na permanência temporal da crise hodierna, reside a intersecção com as "sociedades de controle" de Deleuze, cuja consequência mais geral, é um novo tipo de encarceramento, que se dá pela dívida.

O artigo 2, "**Similaridade Keynesiana: no comportamento da política econômica no Brasil**", de Fábio José Vieira da Silva, faz um levantamento das políticas do governo federal desde os anos 1950, buscando identificar nelas elementos das políticas keynesianas e verificar os resultados alcançados. É um artigo que reúne empiria e teoria para apresentar um quadro da evolução recente desse segmento da história econômica do país.

O artigo 3, "**Ciência, Tecnologia e Inovação como Proxy para uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**" refere-se às políticas governamentais de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico e apresenta propostas para o país, a partir desses elementos. Uma face interessante desse artigo é que ele leva o leitor a buscar mais informações sobre uma nova área do conhecimento no campo da economia, que é a economia industrial. O approach do *mainstream* (Joe Bain e Frederic Scherer), discorre sobre a cartilha "alocação de recursos escassos sob as hipóteses de equilíbrio e maximização de lucro", mas a chamada visão alternativa (neo-schumpeterianos e institucionalistas, especialmente Douglass North), acrescenta a inovação e a qualidade das instituições como fundamentais para a organização e sustentabilidade dos processos de desenvolvimento, com foco em ciência e tecnologia, a partir da chamada "hélice tripla", de Etzkowitz e Leydesdorff. O artigo trata ainda de um tema bem atual, a digitalização da economia, que é de grande interesse para o mercado e governo.

O artigo 4, "**Técnicas Gerenciais em Empreendedorismo**", de Eduardo Ferreira, Enaire Silva e Railson Garcez, aborda especificamente a aplicação da metodologia SWOT em startups. Esse método ligado à governança institucional, toca na inserção da empresa no mercado real, por meio da análise de três itens: fraquezas, oportunidades e ameaças. Os autores apresentam a realidade da alta taxa de mortalidade de pequenas empresas e ligam esse fato à falta de planejamento e qualidade na gestão. O objetivo é fazer as microempresas alcançarem eficácia no negócio. É um trabalho, portanto, com implicações práticas efetivas para o setor que mais emprega no Brasil.

Por fim, o artigo 5, "**Choques de Preços e Recrudescimento do Custo de Vida em São Luís**", de Alex Brito, Matheus Farias e Yann Pinier, é um exemplo interessante da ligação entre o particular e o geral na análise econômica. Partindo de um estudo sobre a variação do custo de vida em uma área específica do país – o município de São Luís no Maranhão – o artigo é instado a ampliar sua abrangência no espaço e no tempo, para checar a influência de choques internacionais comissionados por mudanças conjunturais. Mas o que se destaca é o avanço para um debate teórico que ocorre em nível mundial: a inflação é um fenômeno monetário ou tem causas bem definidas na economia real? Uma economia que não é caracterizada pelo equilíbrio geral da teoria, mas por "desequilíbrios" de diversos matizes, que afetam a precificação dos produtos para além de um simples descontrole no estoque de moeda, por exemplo.

Convidamos o leitor a visitar com muito carinho e atenção, as interpretações dos economistas que nos brindam nesta edição com suas reflexões sobre aspectos tão diversos quanto importantes do extraordinário continente da economia. Parabênzulo a todos na pessoa do Editor-Chefe, João Carlos Marques.

Revista Mundo Econômico

CORPO EDITORIAL

COORDENAÇÃO

Dionatan Silva Carvalho - Presidente do IMESC
Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico (UFMA), Especialista em Estatística (UEMA) e Economista (UFMA)

João Carlos Souza Marques - Conselheiro Regional de Economia 15ª Região - CORECON-MA, Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico (UFMA) e Economista (UFMA)

EDITORIAL E CURADORIA

João Carlos Souza Marques - Editor/Curador
Conselheiro Vice-Presidente do CORECON-MA
Superintendente de Assuntos Fiscais - SEPLAN-MA,
Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico e Economista (UFMA)

Rafael Thalysson Costa Silva - Curador
Diretor de Estudos e Pesquisas do IMESC
Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico (UFMA) e Economista (UFMA)

Raphael Bruno Bezerra Silva - Curador
Chefe do Departamento de Conjuntura e Estudos Setoriais do IMESC
Mestre em Políticas Públicas (UFMA) e Economista (UFMA)

Carlos Eduardo Nascimento Campos - Curador
Economista da FIEMA
Mestrando em Políticas Públicas (UFMA), Especialista em Perícia Econômica (IPOG) e Economista (UFMA)

Design

Carliane Sousa

Revisão

Dionatan Silva Carvalho

Conselheiros Efetivos

Carlos Eduardo Nascimento Campos
Eduardo Henrique Santos Pereira
Paulo Eduardo Pacheco Cardoso Ronchi
Marcello Apolônio Duailibe Barros
João Carlos Souza Marques
André Luiz Lustosa de Oliveira
Nilce Cardoso Ferreira
Valeska Rogéria Vieira Trinta
José Lúcio Alves Silveira
Roberto Santos Matos
Marcellus Ribeiro Alves
Eduardo Cássio Beckman Gomes

Conselheiros Suplentes

Rodrigo Leite Cruz
Joçara Felipe de Paula
Jainne Soares Coutinho
Iêgo Brunno Costa Castro
Jadson Pessoa da Silva
Laura Regina Carneiro
Raphaella Sereno Silva Borba
Octávio Augusto Gomes de Figueiredo Soares
José Tavares Bezerra Júnior
Luiz Fernandes Lopes
Mariana Carneiro Costa Nascimento
Wilson França Ribeiro Filho

Revista Mundo Econômico [Recurso Eletrônico] / Conselho Regional de Economia do Maranhão. – v. 1, (2017-). – São Luís: CORECON-MA, 2017-

v. 9, n. 2, jul./ago. 2023

Semestral

ISSN 2594-4592

D.O.I. 10.47592/MUND0922

Publicação em conjunto com o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC).

1. Economia - Periódicos. 2. Planejamento - Periódicos. 3. Maranhão I. Conselho Regional de Economia do Maranhão.

CDU: 33 (812.1)(05)

SUMÁRIO



ARTIGO 1

PÁG6. ESPECTROS DA DÍVIDA:
para uma economia política
do futuro

D.O.I 10.47592/MUNDEC09013022

Autor: Saulo Pinto

ARTIGO 2

**PÁG28. SIMILARIDADE
KEYNESIANA:** no
comportamento da política
econômica no Brasil

D.O.I 10.47592/MUNDEC09014022

Autor: Fábio José Vieira da Silva

ARTIGO 3

**PÁG42. CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO (CT&I)
COMO *PROXY* PARA UMA
ESTRATÉGIA NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
E SOCIAL**

D.O.I 10.47592/MUNDEC09015022

Autores: Eduardo Mohana Silva Ferreira
Enaire de Maria Sousa da Silva
Railson Marques Garcez

ARTIGO 4

**PÁG59. TÉCNICAS GERENCIAIS
EM EMPREENDEDORISMO:**
aplicação da metodologia SWOT
em Startups.

D.O.I 10.47592/MUNDEC09016022

Autores: Stéfany Machado de Lima
Andrea Caroline Santos Silva Melo
Maria Eugenia R. Araujo

ARTIGO 5

**PÁG65. CHOQUES DE PREÇOS E
RECRUDESCIMENTO DO CUSTO
DE VIDA EM SÃO LUÍS:** afinal, do
que se trata?

D.O.I 10.47592/MUNDEC09017022

Autores: Alex Brito
Matheus Farias
Yann Santiago Pinier

ARTIGO 1

ESPECTROS DA DÍVIDA: para uma economia política do futuro

Saulo Pinto¹

O homem não é mais o homem
confinado, mas o homem endividado.
(Gilles Deleuze, 1992)

RESUMO

"Espectros da dívida" busca elaborar uma configuração da produção do sistema de crédito-dívida como decisivo para que possamos pensar as novas modalidades de dominação dentro do semiocapitalismo. Para isso, esboçamos uma aproximação com o estado de choque, que se aproveita do trauma coletivo para impor soluções inaceitáveis em situações de normalidade. Por fim, salienta-se a necessidade de transgressão da circularidade do crédito-dívida e da especulação como forma de vida.

Palavra-chave: Espectros da dívida; Crédito; Semiocapitalismo.

ABSTRACT

Spectrums of debt seeks to elaborate a configuration of the production of the credit-debt system as decisive for us to think about new modalities of domination within semiocapitalism. For this, we outline an approach to the state of shock, which takes advantage of collective trauma to impose unacceptable solutions in situations of normality. Finally, it emphasizes the need to transgress the circularity of credit-debt and speculation as a way of life.

Keyword: Debt spectrum; Credit; Semiocapitalism.

¹ Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: saulo.pinto@ufma.br.

1 INTRODUÇÃO

Estado de choque

Estamos experimentando uma época histórica que, provavelmente, pode ser caracterizada como desastre, colapso ou catástrofe. Nesse sentido, a diferença fundamental para os modelos anteriores é que a crise anunciada não é mais episódica ou conjuntural, nem totalmente violenta e abrupta, mas talvez tenhamos uma tipologia de crise instalada que tem a permanência como regra e a lentidão como intensidade. Desse modo, trata-se de uma crise complexa e abrangente que compreende diversos níveis da realidade social, cuja duração constante e intensidade vagarosa elaboram um enquadramento simbólico perigoso, pois o estado de choque subjacente produz uma clausura contra a qual é difícil encontrar alguma resolução. Além disso, o estado de choque é um tipo de recurso político, cuja orientação é a reabilitação dos mecanismos de expropriação do poder dominante.

A noção de estado de choque é tributária da elaboração de Naomi Klein. Ela insiste que parte significativa das mudanças estruturais — que se dão não apenas na economia, mas que se expandem para o funcionamento da democracia e do regime psíquico contemporâneo — é resultado de uma “política do choque”, ou seja, “choques em larga escala sofridos por sociedades” inteiras “são explorados pelos políticos e pelas corporações” e até mesmo “[...] são deliberadamente aprofundados de forma a obter vantagens sobre uma população desorientada” (KLEIN, 2017, p. 11). A hipótese subjacente fundamental é que o poder dominante — independente de quão democrático e com capilaridade popular ele possa não ser — busca “aproveitar os momentos de trauma coletivo e implementar uma engenharia social e econômica radical” (KLEIN, 2008, p. 18) que altera as coordenadas de regulação do mundo existente e os parâmetros objetivos de reconhecimento simbólico.

Ao contrário de uma interpretação ingênua da história recente do capitalismo — e sua variação neoliberal do *capitalismo de desastre* —, seu desenvolvimento tem sido operado por meio da implementação da terapia do choque como resposta aos traumas coletivos produzidos. Estes, por sua vez, aparecem como resultado de tudo aquilo que produz choque e desorientação no mesmo intervalo de tempo compartilhado. A solução do capitalismo de desastre ao trauma coletivo experimentado quase sempre é implementar medidas que provavelmente seriam rejeitadas pelas pessoas comuns em situação de *normalidade*, pois, a grosso modo, pode ser pensada como um tipo de interferência política

nos seus interesses mais fundamentais. Essa noção obscena aparece pela primeira vez no prefácio do *Capitalismo e liberdade* de Milton Friedman (1984). Ele sugere:

Manter em aberto as opções, até as circunstâncias tornarem necessária a mudança. Existe uma grande inércia – uma tirania do *status quo* – nas disposições particulares e, especialmente, nas governamentais. Somente a crise – atual e previsível – provoca uma real mudança. Quando ocorre tal crise, as decisões tomadas dependem das ideias existentes no momento. Esta, creio eu, é nossa função fundamental: desenvolver alternativas para os programas existentes, conservá-las vivas e disponíveis, até que o politicamente impossível se torne politicamente necessário (FRIEDMAN, 1984, p.7, grifos do original).

Ora, a *tiranía do status quo* diz respeito à existência da democracia em que as decisões políticas estão – ou deveriam estar – submetidas ao interesse da soberania popular. Nada mais nonsense ao poder desmedido das corporações globais do que uma soberania que é exercida em nome de uma razão antitética ao poder das finanças. É por isso que a democracia é sempre o alvo imediato da política de choque. Com ela, a liberdade das finanças não está garantida, ao mesmo tempo que é imprescindível garantir que os gastos sociais sejam reduzidos ao mínimo necessário. Sob a democracia política, dificilmente políticas econômicas que objetivam a privatização irrestrita de serviços públicos essenciais seriam aprovadas ou mesmo teriam legitimidade popular, o mesmo acontece no caso de tentativas de subtração de direitos sociais imprescindíveis à realização da cidadania política etc.

O estado de choque é um tipo de política de exploração econômica que, valendo-se do trauma coletivo e da desorientação psíquica mínima, elabora e implementa uma terapia do choque com mudanças radicais que alteram significativamente a paisagem política e social daquela forma de mundo.

É assim que a doutrina de choque funciona: o desastre original – golpe, ataque terrorista, liquidez do mercado, guerra, tsunami, furação – põe toda a população em estado de choque coletivo. Os bombardeios, as explosões do terror, os ventos destruidores são tão úteis para amansar sociedades inteiras quanto a música estridente e as pancadas servem para enfraquecer os prisioneiros nas salas de tortura. Como o preso aterrorizado que entrega os nomes dos companheiros e renuncia à própria fé, as sociedades em estado de choque frequentemente desistem de coisas que em outras situações teriam defendido com toda a força (KLEIN, 2008, p. 26-27).

É assim que o trauma coletivo opera a instalação de uma terapia de choque econômico e a própria destituição da democracia. A situação de transe e desorientação transforma as pessoas comuns em alvos fáceis, desestabilizando seus mecanismos de defesa e sua capacidade de reação subjetiva. No limite, o medo é um operador político que enfraquece e desestabiliza qualquer reação individual, produz a destituição do futuro

como horizonte de expectativas possível e permite que soluções duras sejam aceitáveis como paliativo ao momento do trauma coletivo.

Não é difícil estabelecer uma conexão entre a situação de crise como oportunidade de mercado e sua combinação com saídas políticas autoritárias. Ao contrário da operação ideológica da política do choque — que parte do ponto de vista do liberalismo econômico e político —, na prática, a gestão do medo transforma o trauma em oportunidade de expropriação capitalista e está sempre combinada com políticas autoritárias antidemocráticas. Com efeito, o trauma é um operador ideológico decisivo ao liberalismo, pois a dimensão progressista do liberalismo é corroída pelo senso de oportunidade do mercado e, nesse caso, sua verdadeira condição é revelada, ou seja, o liberalismo é desmascarado e rapidamente transformado em conservadorismo, quando não aparece como pura restauração do poder corporativo capitalista. O desastre, portanto, não é uma evocação política antissistema, mas é a própria álgebra ideológica da radicalização do sistema dominante.

A questão que intriga e provoca é propriamente como o estado de choque reelabora o futuro. Em termos econômicos, o futuro é uma categoria que está assimilada à relação do dinheiro com os juros. Eduardo Giannetti (2012, p. 61, grifos do original) lembra que “a confiança no futuro” significa “[...] um convite a antecipar no tempo, isto é, a procurar usufruir ou tirar partido desde já do que o futuro promete”, ou seja, “[...] essa ‘medida do possível’ atende pelo nome de crédito: termo derivado do verbo latino *credere*: ‘confiar, acreditar’”. Ele segue dizendo que “[...] ‘ter crédito’ significa, portanto, ser merecedor de confiança, ou seja, de que acreditem naquilo que se promete ou penhora fazer”. O futuro promissor é sempre um problema econômico decisivo, pois ele significa que para os sujeitos isolados a confiança no futuro permite antecipar o futuro para agora.

É curioso que *credere* signifique *confiar*, *acreditar*, ou seja, crédito é o mesmo que ter confiança ou acreditar no amanhã. Talvez por isso que as expectativas sejam tão importantes para a construção de um ambiente de negócios palatável aos interesses do poder corporativo capitalista.

A questão da crença é absolutamente importante na “antecipação do futuro” na forma do crédito, embora se trate de uma noção tão incerta quanto imprecisa. Keynes (1984, p. 85) dizia que “[...] o que para mim é evidente por si mesmo e o que eu realmente sei pode ser apenas uma crença provável para você ou pode nem sequer fazer parte de suas crenças racionais”. É por isso que a questão decisiva — objeto primordial da disputa

ideológica — é a captura do futuro. As crenças racionais precisam ser corporificadas na confiança no futuro, ou seja, no sistema de crédito e da dívida.

Como veremos a seguir, estamos diante de uma mudança substancial no modelo de colonização capitalista. Trata-se do deslocamento relativo — por contingências econômicas necessárias ao sistema como um todo — da expropriação da economia real para o sistema financeiro. O “capitalismo parasitário” é o novo funcionamento da economia capitalista que, de maneira emblemática, está centrado na “[...] produção em série de indivíduos endividados” (BAUMAN, 2010a, p. 22). Como o capitalismo é um tipo de sistema social de dominação que se vale permanentemente da expropriação, na crise estrutural que produziu o deslocamento da lógica de acumulação para o parasitismo e a especulação, o desejo agora colonizado — transformado em mercadoria — passou a ser o novo foco do poder. É assim que temos agora um tipo de regime ideológico que impõe a satisfação das necessidades pelo consumo cada vez mais permanente. Em vez de adiar a satisfação, temos a antecipação do gozo.

O crédito é o mecanismo financeiro que permite a antecipação continuada do futuro. Temos aqui a combinação de dois processos complementares, ou seja, “a oferta de empréstimos deve criar e ampliar a necessidade de empréstimos” e “[...] a dívida contraída tinha que ser (e realmente foi) transformada em fonte permanente de lucro” (BAUMAN, 2010b, p. 28-29). Podemos dizer que a colonização do desejo funciona como a “acumulação primitiva” da constituição de um poderoso mercado de crédito. O impasse estabelecido é que não apenas o excedente de “moeda-dívida” (LAZZARATO, 2017, p. 71) vai ser mobilizado para esse novo mercado, mas alterações psíquicas fundamentais serão acionadas quando se opera a produção de dependentes-endividados em escala industrial:

As raízes da dor da qual nos lamentamos hoje, assim como as raízes de todos os males sociais, estão profundamente entranhadas no modo como nos ensinam a viver: em nosso hábito, cultivado com cuidado e agora já bastante arraigado, de correr para os empréstimos cada vez que temos um problema a resolver ou uma dificuldade a superar. Como poucas drogas, viver a crédito cria dependência. Talvez mais ainda que qualquer outra droga e sem dúvida mais que os tranqüilizantes à venda. Décadas de generosa administração de uma droga só pode levar ao trauma e ao choque quando ela deixa de estar disponível ou fica difícil de encontrar. Portanto, o que se está propondo agora é a saída fácil para a desorientação que aflige tanto os toxicodependentes quanto os traficantes: reorganizar o fornecimento (regular, espera-se) da droga. Voltar àquela dependência que até hoje parecia vantajosa menos com a busca de suas raízes (BAUMAN, 2010b, p. 34).

O que temos é uma submissão violenta de toda a atividade econômica e de todo aparelho social ao *capital fictício* e à especulação dela desdobrada. Nesse caso, a conta

é a produção de distúrbios prolongados e descontrolados por todo o corpo social das sociedades contemporâneas. A dependência do crédito e, portanto, do dinheiro elabora a situação melancólica de “morte a crédito” (JAPPE, 2013, p. 54) como resposta negativa ao imperativo de “viver a crédito” (BAUMAN, 2010b, p. 32). Em situação de crise, uma das funções da terapia de choque é a reabilitação dos devedores ao crédito, por meio da mercantilização do futuro no presente de desastre.

Esse deslocamento da economia real para a mera especulação não produz apenas uma situação de crise econômica permanente, ela gera o distúrbio e o transtorno como regra na produção da subjetividade do sujeito endividado. Marx (2016, p. 151, grifos do original), de alguma maneira, já havia antecipado que “[...] não é o dinheiro que está suprimido [*aufgehoben*] no homem – no interior da relação de crédito –, mas é o homem mesmo que se transformou em dinheiro, ou o dinheiro nele se incorporou”. É difícil não aceitar impiedosamente a conclusão de Marx quando observamos a circularidade do sistema de *morte a crédito* que temos hoje estabelecido como normalidade.

É importante pensar que “[...] o objeto das operações de crédito não é só o dinheiro pedido e emprestado, mas o revigoramento da psicologia e do estilo de vida de ‘curto prazo’” (BAUMAN, 2010b, p. 45). A noção de bolha é funcional ao sistema de crédito. Ela sempre é uma valorização fictícia do valor real, ou seja, uma desproporção e desmedida puramente especulativa. Além disso, ela produz bolhas psíquicas de satisfação e gozo. O paradoxo é que a inflação da bolha é limitada. Em algum momento ela estoura. O trauma é gerado justamente aqui. A reação ao trauma coletivo é a política de choque. A questão política fundamental é: como interromper a espiral infinita de produção de bolhas, choques e traumas?

2 ESPECTROS DA DÍVIDA

Não é difícil imaginar que a dívida apareça como o horizonte insuperável do nosso tempo. No limite, estamos todos endividados. A dívida é a antecipação do futuro, ou melhor, sua subtração. É por isso que tratar da dívida é problematizar propriamente o futuro ou a ausência dele. Podemos dizer que o capitalismo – como produção e forma de vida – é dependente da dívida para manter sua reprodução ampliada. Sem dívida, não há capitalismo. Por suposto, não há capitalismo sem dívida. A crise capitalista exponencia a dívida como marco regulatório de tudo. A dívida comprime o *campo de experiência* e o *horizonte de expectativas* do sujeito isolado – formando uma névoa opaca traumática –, mas essa compressão é também expandida para a bolha formada no universo compartilhado como forma de vida. O capitalismo é imediatamente processo de produção da dívida e da subjetivação endividada. A instauração de uma racionalidade da dívida permeia e define a forma política estatal, as relações mercantis e a subjetividade isolada. A dívida é a forma de dominação que temos hoje.

O problema da questão da definição da dominação é que ela tem implicações importantes no campo dos antagonismos estruturais. Maurizio Lazzarato (2017, p. 13) diz que “[...] os trabalhadores possuem de fato uma existência sociológica e econômica e eles formam o capital variável dessa nova acumulação capitalista”, mas que “a centralidade da relação credor/devedor os marginalizou de maneira definitiva”. Isto é, ele sugere que a relação estrutural básica que organiza o conflito decisivo hoje precisa ser pensada através do binômio credor-devedor. No lugar das classes, teríamos colisões permanentes e explosivas entre devedores e credores. Seria essa a nova morfologia da luta de classes? Ou estamos diante da transgressão da luta de classes para outro tipo de antagonismo ainda mais brutal? É importante recuperar uma esquecida passagem de Marx (2013, p. 209) a esse respeito:

A luta de classes no mundo antigo, por exemplo, apresenta-se fundamentalmente sob a forma de uma luta de classes entre credores e devedores e, conclui-se, em Roma, com a ruína do devedor plebeu, que é substituído pelo escravo. Na Idade Média, a luta tem fim com a derrocada do devedor feudal, que perde seu poder político juntamente com sua base econômica. Entretanto, a forma-dinheiro – e a relação entre credor e devedor possui uma forma de uma relação monetária – reflete aqui apenas o antagonismo entre condições econômicas de existência mais profundas.

A lição apresentada por Marx é que a luta de classes não tem uma forma definida, mas ela expressa as mutações existentes no metabolismo social experimentado por cada época histórica. No entanto, o conflito entre credores e devedores desenvolvido em sociedades pré-capitalistas em nada guarda similitude com a centralidade do sistema de crédito e dívida que vamos ter a partir do aparecimento do neoliberalismo que, por sua vez, acelerou o capitalismo de desastre. É por isso que Maurizio Lazzarato (2017, p. 12) insiste que “[...] o capitalismo neoliberal instaurou e governa uma luta de classe assimétrica”, pois existe “[...] apenas uma classe, recomposta em torno da finança, do poder da moeda de crédito e do dinheiro como capital”. A hipótese primordial tomada aqui é que o sistema de crédito e dívida aprofundou a proletarianização quando, por meio da expropriação financeira dos rendimentos pessoais, da dívida e do imposto, produziu um novo tipo de dependência em que o futuro, a felicidade, as frustrações, etc. foram cooptadas pelo sistema da dívida. Agora, até a lógica do protesto político pressupõe o endividamento como mediação necessária para que ele possa ser realizado.

O paradoxo é que, para o liberalismo, uma sociedade regulada pelo mercado, pelo individualismo possessivo e pela liberdade aparece como uma sociedade sem dívida. Não é incomum pensar a ideia de que a dívida é uma característica definidora de relações sociais pré-capitalistas ou *não-capitalistas*. Esse engano é típico de uma análise distorcida do capitalismo. Ao contrário da noção circular de produção, distribuição, troca e consumo de mercadorias como bens tangíveis, o desenvolvimento autocontraditório do capitalismo estabeleceu uma subversão na ontologia constitutiva da produção. Nesse sentido, “o capital é um operador semiótico” e “[...] os fluxos de signos (a moeda, os logaritmos, os diagramas e as equações) agem diretamente sobre os fluxos materiais”, ou seja, “[...] as semióticas a-significantes (moeda, logaritmos, etc.) funcionam independente do fato de que elas significam alguma coisa para alguém” (LAZZARATO, 2017, p. 22). Marx (2013, p. 229) já havia antecipado essa noção — mesmo que preponderando a dimensão da produção —, quando insistia que “[...] o valor de uso jamais pode ser considerado como finalidade imediata do capitalista”, ou seja, a compulsão abstrata do capitalismo é “a valorização do valor” como uma desmedida crescente e infinita.

O que podemos perceber é que o capitalismo é uma forma compulsiva de expropriação e apropriação de riqueza alienada, que necessita da abstração das qualidades específicas e concretas dos elementos constitutivos da sua produção. A definição do valor opera ao limite a lógica da abstração, pois o valor é definido pela castração da qualidade per si

contida nos elementos da produção. Marx (2013) diz que na definição da grandeza do valor de uma determinada mercadoria, suas características particulares são excluídas, ela se torna apenas a expressão de algo genérico. Diz ele: “[...] todas as suas qualidades sensíveis foram apagadas” (MARX, 2013, p. 116). O que sobra é apenas sua substância primordial. O valor é definido, portanto, pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção daquela mercadoria. A abstração de toda característica particular permite que o capitalismo tenha uma plasticidade no que diz respeito à forma. O conteúdo compulsivo – extração infinita de valor em processo de valorização – pode adaptar-se aos mais diversos contextos e formas sociais particulares. Isso somente é possível, pois o capitalismo instaurou uma forma de objetividade radicalmente nova, desprovida de todo laço social primordial:

Na relação monetária, no sistema de trocas desenvolvido (e essa aparência seduz a democracia), são de fato rompidos, dilacerados, os laços de dependência pessoal, as diferenças de sangue, as diferenças de cultura etc. (todos os laços pessoais aparecem ao menos como relações pessoais); e os indivíduos *parecem* independentes (essa independência que, aliás, não passa de mera ilusão e, mais justamente, significa apatia – no sentido de indiferença), livres para colidirem uns contra os outros e, nessa liberdade, trocar; mas assim parecem apenas para aquele que abstrai das *condições*, das *condições de existência* sob as quais esses indivíduos entram em contato (e essas [condições], por sua vez, são independentes dos indivíduos e aparecem, apesar de geradas pela sociedade, como *condições naturais*, i.e., incontroláveis pelos indivíduos). A determinidade que, no primeiro caso, aparece como uma limitação pessoal do indivíduo por parte de um outro, aparece no segundo caso desenvolvida como uma limitação coisal do indivíduo por relações dele independentes e que repousam sobre si mesmas. (Como o indivíduo singular não pode se despojar de sua determinabilidade pessoal, mas pode muito bem superar relações externas e subordiná-las a si, sua liberdade *parece* maior no caso 2. Entretanto, uma análise mais precisa dessas relações externas, dessas condições, mostra a impossibilidade dos indivíduos de uma classe etc. de superá-la em massa sem as abolir. O indivíduo singular pode casualmente ser capaz de fazê-lo; a massa de indivíduos dominados por tais relações não pode, uma vez que sua mera existência expressa a subordinação dos indivíduos a elas.) Essas relações externas tampouco são uma expressão das “relações de dependência”, dado que são apenas a sua resolução em uma forma universal; são, ao contrário, a elaboração do *fundamento* universal das relações pessoais de dependência. Também aqui os indivíduos só entram em relação entre si como indivíduos determinados. Essas relações de dependência *coisal*, por oposição às relações de *dependência pessoal* (a relação de dependência coisal nada mais é do que as relações sociais autônomas contrapostas a indivíduos aparentemente independentes, i.e., suas relações de produção recíprocas deles próprios automatizadas), aparecem de maneira tal que os indivíduos são agora dominados por *abstrações*, ao passo que antes dependiam uns dos outros (MARX, 2011, p. 111-112, grifos do original).

Fica patente que, desde o princípio, Marx pensava o capitalismo a partir do processo brutal de abstração dos seus caracteres particulares. A imanência capitalista é a progressiva abstração de tudo. Como o objetivo é valorização autorreferente da riqueza – expresso no valor de troca –, o valor de uso é subjugado economicamente, mas também no que se

refere à esfera dos valores propriamente morais e subjetivos. A contradição da acumulação capitalista é que ele se vai deslocando do recurso à produção de mercadorias como escala para a valorização e acumulação do capital, à medida que a dimensão financeira cresce. Isso vai ficando mais visível com o surgimento do neoliberalismo e a dominação do elemento financeiro do capital global. O paradoxo é que o processo de valorização próprio do valor — que no capitalismo está submetido ao poder das finanças — prescinde da produção tangível de mercadorias, pois o objetivo é a acumulação de riqueza abstrata, ou seja, a reprodução da forma dinheiro não depende necessariamente do desenvolvimento da economia real. Marx (2017, p. 551) insiste que “[...] a simples transformação do dinheiro em capital de empréstimo [...] ” não pode significar “acumulação real”. A especulação, na verdade, é um processo mais simples e rápido para acumulação de dinheiro em estado puro. Ela, por sua vez, potencializa-se quando essa contradição constitutiva se desenvolve até o seu limite: o dinheiro produzindo mais dinheiro sem o circuito da reprodução. É assim que temos a instauração da hegemonia do semiocapitalismo como o novo realismo capitalista. Nessa dimensão, os signos não apenas são pressupostos aos fluxos materiais, como os determinam imediatamente.

A desterritorialização dos fluxos operada pelo neoliberalismo e o poder das finanças, permitiu um alargamento sem precedentes da esfera da circulação e do dinheiro como determinantes das relações sociais. O dinheiro passa a ser o sujeito preponderante do processo social como um todo, objetivando os signos em seus instrumentos econômicos abstratos puros. Ao contrário do que acontecia em formações sociais pré-capitalistas, o que teremos depois é que “[...] os signos já não se inscrevem em plena carne, mas sobre pedras, pergaminhos, moedas, listas” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 287). O dinheiro será o grande operador da máquina burocrática e da máquina capitalista em ascensão, cuja potência encontrará sua temporalidade adequada no regime dominante das finanças. Diante da importância decrescente da produção real de mercadorias para a acumulação, o processo de valorização cada vez mais será colonizado pelo circuito do dinheiro. A anotação de Marx é emblemática. Ele diz que “[...] com o desenvolvimento da força produtiva do trabalho e, portanto, da produção em grande escala, 1) os mercados se expandem e se distanciam dos centros de produção; 2) por isso, os créditos têm de prolongar-se; e 3) o elemento especulativo tende a dominar cada vez mais as transações” (MARX, 2017, p. 538). O paradoxo é que a expansão da produção é acompanhada do alargamento do crédito, permitindo a dominação progressiva da especulação sobre a economia real. Enquanto a

produção de mercadorias tem limitações tangíveis — que, primeiramente, é aprofundada com a distância entre o locus da produção e a realização das mercadorias —, a produção semiótica do circuito financeiro é potencialmente ilimitada e desprovida de fricção.

No semiocapitalismo não podemos falar mais de estoques, mas de fluxos abstratos desterritorializados (semióticos e subjetivos). O lugar que a produção de mercadorias ocupa hoje é inferior — quantitativa e qualitativamente — no imaginário simbólico e na produção do fluxo financeiro da economia. As atividades econômicas são digitalizadas, virtualizadas e semiotizadas e se confrontam com trabalhadores cognitivos precarizados globalizados. Não é possível mais definir com precisão o valor de uma mercadoria em termos rígidos de tempo de trabalho necessário (como definir o valor de uma ideia?). A dimensão do trabalho se modificou, complexificando ainda mais a relação clássica entre produção (objetiva, signos, etc.) e trabalho (material e imaterial). É aqui que a noção de abstração se desloca ainda mais da sua primeira interpretação. Com Marx, sabemos que a abstração é o fundamento da produção de valor, pois o objetivo último da produção capitalista não é produzir valores de uso que satisfaçam necessidades reais, mas a produção de valores de troca que sejam desprovidos de toda e qualquer relação particular, orientados para a acumulação de riqueza estranhada. Na sequência do semiocapitalismo, o que temos é uma radicalização da abstração:

Na fase de modernidade tardia do capitalismo, a abstração digital acrescenta uma segunda camada à abstração capitalista: transformação e produção já não acontecem no nível dos corpos e da manipulação material, mas no nível da interoperatividade entre máquinas informacionais. A informação substitui as coisas, e o corpo é excluído do campo da comunicação [...] Tem-se, então, um terceiro nível de abstração, a abstração financeirizada. As finanças significam que o processo de valorização já não passa pelo estágio do valor de uso e nem mesmo pela produção de mercadorias (físicas ou semióticas) (BERARDI, 2020, p. 81-82).

O pressuposto dessa posição é que a realidade subjacente é subjugada ao ímpeto desmensurado da circularidade da abstração financeira. A derivação política do irrealismo do realismo capitalista é a catástrofe em câmera lenta. Retomando Marx (2011, p. 229-230, grifos do original), o que vamos ter é a reprodução ampliada do “trabalho como *pobreza absoluta*”, no entanto, “[...] a pobreza não como falta, mas como completa exclusão da riqueza objetiva”. O que temos aqui é uma combinação complexa entre desobjetividade (virtualização) das relações econômicas subjacentes e a produção da precariedade generalizada. É interessante perceber que Deleuze e Guattari (2011, p. p. 313) chamam de “antiprodução” tudo aquilo que oblitera e realiza contraditoriamente a produção capitalista, ou seja, “[...] a efusão do aparelho de antiprodução caracteriza todo o sistema capitalista;

a efusão capitalista é a antiprodução na produção em todos os níveis do processo". A questão decisiva que temos que nos perguntar é quando a realidade não conta, o que realmente sobra?

Quando o referente é excluído, quando o lucro pela mera circulação de dinheiro se torna viável, a produção de carros, de livros e de pães passa a ser supérflua. A acumulação de valor abstrato é possibilitada pela submissão dos seres humanos à dívida e pela caça predatória dos recursos existentes. A destruição do mundo real tem seu início nessa emancipação entre a valorização e a produção de coisas úteis e na autorreplicação de valor no campo financeiro. A emancipação entre valor e referente leva à destruição do mundo real. É exatamente isso que está acontecendo por debaixo da chamada crise financeira, que de crise não tem nada (BERARDI, 2020, p. 82).

Ou seja, se pegarmos o esquema de Marx, estamos sendo confrontados pelo deslocamento da reprodução ampliada do capital $D - M - D'$ para a preponderância da relação esquizofrênica $D - D'$. Não se trata apenas da representação do capital fictício, mas estamos lidando com a absolutização da circularidade das finanças para todas as tipologias de relações sociais estabelecidas. O paradoxo é que quanto mais a realidade é destruída, solapada, mais temos a aceleração da circulação dos fluxos financeiros autorreferentes. Marx (2011, p. 243) dizia que no processo de autovalorização, "[...] o valor aparece como sujeito". Na sequência atual de destituição da realidade, o dinheiro aparece como sujeito supremo e como processo soberano decisivo. Ao contrário do lucro que é um rendimento da burguesia enquanto classe, a atividade financeira está espalhada por todo o corpo social fragmentado e dividido. Com a amplitude da circulação financeira, as definições de classe e os antagonismos políticos ficaram embotados, confusos. Quem são os inimigos? Na verdade, estamos diante de algoritmos, "[...] implicações matemáticas, concatenações automáticas que não se podem desmontar ou evitar" (BERARDI, 2020, p. 69), uma rede desconexa de inteligência artificial virtualizada, telas e smartphones que nos mantêm conectados permanentemente. A dívida é uma realidade econômica, mas, sobretudo, é sua realidade ideológica que mantém endividado o campo simbólico do que é propriamente possível. O reembolso da dívida é mais-capitalismo, ou seja, crédito.

A dívida aparece no interior da instauração do semiocapitalismo. A crise do capitalismo clássico – ou seja, a incapacidade da economia real em garantir acumulação – obrigou a colonização de outras esferas fundamentais. Nesse sentido, "[...] o capitalismo incluiu, para estender a esfera de valorização do valor, setores cada vez mais amplos da vida" (JAPPE, 2013, p. 53). Na verdade, temos o modelo de separação entre trabalho e desejo, repressão da pulsão sexual e adiamento do prazer. Ao debater sobre os esquemas teóricos

de Freud, Marcuse (1979, p. 93) insiste que “[...] a incorporação econômica e política dos indivíduos no sistema hierárquico do trabalho é acompanhada de um processo instintivo em que os objetos humanos de dominação reproduzem sua própria opressão”. O que temos aqui é a absorção do Princípio do Prazer desmensurado pelo Princípio de Realidade capitalista. Na visão tradicional da dominação ideológica, o prazer é subjugado à lógica do trabalho alienado. No entanto, com a ampliação da colonização capitalista, a liberdade (e, portanto, o prazer) é não apenas estimulada, como ela coincide com os parâmetros irracionais da dominação. O paradoxo é que semiocapitalismo subverteu completamente a lógica tradicional, em que *o desejo invade o espaço do mercado, e o mercado invade o espaço do desejo*. Nessa nova gramática, trabalho e desejo não aparecem mais como antitéticos, mas estão associados irremediavelmente. Assim, “[...] não há mais distinção entre tempo de lazer e tempo de trabalho: todo o seu tempo deve ser devotado a ganhar dinheiro, e o dinheiro tomou o lugar do desejo” (BERARDI, 2020, p. 87). O desejo fora capitalizado, e o dinheiro agora aparece como o próprio objeto do desejo. Não é difícil imaginar as implicações econômicas para o campo da subjetividade, dos afetos e das emoções e para a estrutura das sensibilidades, que a capitalização do desejo possibilita, considerando o poderio sofisticado, expansivo e agressivo da estrutura de colonização do poder das finanças e do semiocapitalismo sobre as subjetividades isoladas.

Com efeito, o que temos aqui é a preponderância absoluta do dinheiro e da dimensão financeira sobre a economia, a política, a sociedade e o campo subjetivo. Com a dominância de um tipo de semiocapitalismo, o desejo passa a ser objeto imediato da colonização propriamente capitalista. A autonomia e a independência constituídas agora permitem que o sujeito isolado possa capitalizar seu desejo pessoal para a máquina financeira. Podemos falar em *captura* para descrever mais adequadamente essa virada radical operada pelo poder do capitalismo, pois o que sentimos e nossas emoções mais originais não são, na verdade, resultado do pleno exercício da nossa individualidade, mas foram capturadas pelo semiocapitalismo. É assim que “[...] o dinheiro assume a liderança do investimento psíquico da sociedade” (BERARDI, 2020, p. 86). A noção de produção precisa ser alargada, rompendo com o economicismo e assumindo a centralidade da produção semiótica na dinâmica da valorização do valor e da acumulação de capital hoje.

A liderança do dinheiro na direção da máquina capitalista e do investimento psíquico da sociedade como um todo constituiu uma transformação sem precedentes no objeto do desejo. Trata-se do protagonismo da abstração primordial corporificada na medida de tudo.

Marx (2013, p. 307) dizia que “[...] o capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga”. Na lógica do semiocapitalismo, o dinheiro vampiriza o desejo, sugando sua energia psíquica autêntica para ser mobilizada para o crédito (que nos mantém passivos na circularidade do consumo). Como o desejo agora é o novo foco do poder, sua realização se dá na mesma medida da capacidade de circulação do dinheiro. O esvaziamento da economia real e o alargamento de sua dimensão propriamente fictícia introduzem um pêndulo decisivo à dívida, pois, como a economia real tem dificuldades objetivas de acumulação, a única maneira adequada de garantir a sobrevivência do sistema como um todo é ampliando os mecanismos de captura pela dívida e pelo imposto. Anselm Jappe (2013, p. 50) insiste que “[...] não há mais dinheiro ‘real’ o bastante à disposição dos Estados, ou seja, não há mais dinheiro que não seja criado por decreto ou pela especulação, do dinheiro que é fruto de uma produção de mercadorias de acordo com os padrões do mercado mundial”.

O que temos aqui é a situação em que a função do crédito vai funcionar como um poderoso instrumento que permite “[...] adiar o momento em que o capitalismo vai atingir seus limites sistêmicos, mas não abolir esse limite”, pois “o crédito não prolonga somente a vida do sistema enquanto tal, mas também a dos consumidores” (JAPPE, 2013, p. 51). O esvaziamento das funções públicas do Estado e o desmantelamento dos direitos sociais e, portanto, da cidadania democrática atuante liberaram a busca pela realização pessoal do desejo desobrigado de suas conexões sociais mais profundas. A compulsão abstrata impõe a busca pelo “[...] acesso ao crédito, quer dizer, pelo direito de contrair dívidas” (LAZZARATO, 2017, p. 63). O impasse está no fato de o sistema dominante ter como “único motivo de suas operações” a “apropriação crescente da riqueza abstrata” (MARX, 2013, p. 229). O fluxo produtivo tradicional entra em colapso permanentemente — crise de superprodução —, o que impede que o capital originário (D) transformado (M) possa ser realizado (D’). O capital funciona por fluxo contínuo prolongado, logo ele precisa permanentemente ser renovado numa escala sempre ampliada (reprodução). Percebe-se que o excedente crescente da forma-dinheiro não corresponde exatamente às formas crescentes de produção de mais-valor. A dimensão dramática da crise capitalista é que há excedente de capital-dinheiro numa razão desproporcional à magnitude do valor objetivo produzido. A hipótese da falência da economia real e do alargamento o componente fictício (financeiro) que encontra uma *solução* no sistema de crédito, é o que permite que a dívida funciona como curto-circuito imanente da sobrevida que o neoliberalismo apresentará ao

capitalismo e aos indivíduos (como consumidores). O que temos, na verdade, é um circuito que não apenas alimenta a circulação do excedente de capital-dinheiro, como aprisiona todo o complexo social (e a economia) à preponderância do dinheiro. Nesse caso, quanto maior é a capacidade de circulação do dinheiro — em um contexto de crise da economia real —, maior é a extensão da dívida na modulação da economia. Devemos considerar aqui que “[...] a moeda especificamente capitalista é o dinheiro-capital, a moeda de crédito, a moeda da dívida” (LAZZARATO, 2017, p. 70). A derivação que aparece é que na circularidade do capital, dinheiro, crédito e dívida são processos constitutivos decisivos do fluxo do circuito desterritorializado na sua totalidade abrangente. Deleuze e Guattari (2011, p. 262, grifos do original) apresentam um comentário decisivo sobre a produção da “dívida infinita”:

Em suma, o dinheiro, a circulação do dinheiro, é o meio de tornar a dívida infinita. Eis o que os dois atos do Estado escondem: a residência ou territorialidade do Estado inaugura o grande movimento de desterritorialização que subordina todas as filiações primitivas à máquina despótica (problema agrário); a abolição das dívidas ou sua transformação contábil inaugura um interminável serviço de Estado interminável, que subordina a si todas as alianças primitivas (problema da dívida). O credor infinito, o crédito infinito substituiu os blocos de dívida móveis e finitos. Há sempre um monoteísmo no horizonte do despotismo: a dívida devém *dívida de existência*, dívida da existência dos próprios sujeitos. Vem o tempo em que o credor nada emprestou ainda, ao passo que o devedor não para de pagar, porque pagar é um dever, mas emprestar é uma faculdade.

Nesse sentido, o capitalismo instaura um processo de *dívida infinita*, que é resultado da desterritorialização dos fluxos econômicos e da instalação do *Estado interminável*. Aqui podemos fazer uma aproximação pouco usual com um fragmento decisivo de Walter Benjamin. Ele acreditava que o capitalismo seria uma forma de religião puramente de culto, desprovida de dogma. Isso significa que aquilo que está reprimido “[...] é o capital que rende juros para o inferno do inconsciente” (BENJAMIN, 2013, p. 22), ou seja, o capitalismo como culto permanente impõe um tipo de adoração dessacralizada à objetividade existente. É assim que o imperativo das emoções, afetos e desejos é capturado para o enquadramento da *dívida infinita*, pois não há aspiração, frustração ou esperança que não seja transformada em meio de aquisição. O dinheiro é a forma, ou a mediação, pela qual o desejo é realizado em objetos, ou coisas. No semiocapitalismo, não há desejo em si mesmo, mas ele somente existe corporificado em um objeto coisal — mesmo que a coisa seja um objeto simbólico —, pois o próprio desejo é uma coisa objetiva. Na ausência de acumulação real, descrita por Marx no modelo clássico de crise de superprodução, a plethora fictícia de dinheiro produz uma circularidade desregada. É assim que diante da aflição e do desespero o crédito aparece como aquilo capaz de reestabelecer a crença e a confiança no futuro.

Pensar o capitalismo como religião, nesse caso, permite que o crédito possa assumir a função decisiva de alargamento do presente, entretanto não como um ponto de fixação rígido, mas como um redirecionamento das expectativas racionais em direção ao futuro. O medo do descrédito pessoal corresponde ou é substituído pela vitalidade ideológica da confiança no futuro, ou seja, no crédito. O endividamento corresponde à confiança no futuro pela sociabilidade existente no presente. As coisas se complicam muito quando o crédito corresponde à nossa confiança comum compartilhada no futuro. É por isso que a dívida é um mecanismo fundamental de controle e captura. Nesse sentido, Maurizio Lazzarato (2017, p. 66-67) apresenta um comentário fundamental sobre o endividamento dos estudantes americanos:

A questão do tempo e da duração está no coração da dívida. Não apenas o tempo de trabalho ou do tempo da vida, mas também do tempo como possível, como porvir. A dívida lança uma ponte entre o presente e o futuro: ela antecipa e exerce um direito de preempção sobre o porvir. A dívida de cada estudante hipoteca simultaneamente seus comportamentos, seus salários e seus rendimentos futuros. Ela constitui o paradigma da liberdade liberal que, como se constata, de liberdade só tem o nome. O crédito produz uma modalidade específica de subjetivação. O endividado é individualmente o único responsável diante do sistema bancário. Ele não pode contar com nenhuma solidariedade, exceto a da família, com o risco de endividá-la, por seu turno. Ele interioriza as relações de poder em vez de externalizá-las e combatê-las. Ele se sente envergonhado e culpado.

O colapso do resultado da *dívida infinita* é a desmoralização subjetiva na forma da culpa pessoal. Retomando Benjamin (2013, pp. 21-22), no capitalismo como religião, “[...] todas as coisas só adquirem significado na relação imediata com o culto”, pois como se trata de um “culto não expiatório”, o que temos é “[...] uma monstruosa consciência de culpa que não sabe como expiar lança mão do culto, não para expiar essa culpa, mas para torná-la universal”. Da dívida infinita advém a culpa infinita. Assim, tanto a dívida quanto a culpa são impagáveis e, talvez, inegociáveis. Nesse caso, não há reembolso econômico identificável, ou seja, a dívida não pode ser reembolsada nos parâmetros monetários. A única maneira de reembolso da dívida é mediante um tipo traumático de reembolso político. A sua liquidação e redenção se dariam por meio da implosão da circularidade da relação crédito-dívida. Isso somente é possível quando se consegue romper com a relação originária da dominação capitalista. O problema é que, conforme salienta Deleuze (2004, p. 205), “[...] um sistema como o capitalismo foge por todos os lados, ele foge, e depois o capitalismo colmata, faz liames para impedir que as fugas sejam muito numerosas. Um escândalo aqui, uma fuga de capitais ali etc.”. O crédito, primeiro, é uma maneira de prolongar o funcionamento do capitalismo diante de uma crise profunda da economia

real. Depois, o crédito funciona como uma forma de reabilitação da confiança do futuro das pessoas comuns desesperançadas. É uma maneira de impedimento preventivo da fermentação da afetação política antissistema. A dívida, por conseguinte, é o mecanismo de colmata dos sujeitos, pois os mantém assujeitados à circularidade da *dívida infinita*. É por esses termos que o reembolso é o próprio limite do capitalismo:

A relação entre credor e devedor como relação entre forças ativas e reativas e como domínio do tempo é, enquanto dívida infinita, investida e continuada pelo capital que, com o capital financeiro, faz dessa sua relação dominante. No capital financeiro, é impossível quitar a dívida, pois o capital como moeda, quer dizer, o crédito é, por definição, dívida. Caso se contraia moeda de crédito, quer dizer, dívida, que é o alfa e o ômega da valorização do capital, o reembolso não poderá jamais se realizar, sob pena da extinção da relação capitalista. A relação credor/devedor não pode jamais ser saldada, pois ela constitui a relação de dominação política, mas também de exploração econômica. Honrar suas dívidas significa sair da relação credor/devedor e, portanto, atualmente, sair do capitalismo ele mesmo. Nós podemos honrar as dívidas, mas se nós honramos todas as dívidas ao mesmo tempo, não há mais forças superiores e inferiores e não há mais capital. O reembolso definitivo é, logicamente, a morte do capitalismo, pois o diferencial de classe se exprime precisamente por meio do crédito/dívida (LAZZARATO, 2017, p. 83).

Como podemos verificar, a dívida não pode ser paga absolutamente. Para o capitalismo parasitário, qualquer sujeito isolado sem dívida não tem valor algum. Marx (2016, p. 116) sugere que “[...] além do juízo simples sobre aquele que não goza de crédito de que ele é pobre, advém ainda o juízo desmoralizador de que ele não possui nenhuma confiança, nenhum reconhecimento, e é portanto um pária social, um homem ruim”. Nesse caso, ele precisa ser reabilitado rapidamente. Zygmunt Bauman (2010b, p. 31) lembra que “[...] o cliente que paga prontamente o dinheiro que pediu emprestado é o pesadelo dos credores”, pois junto com o reembolso da dívida vem o do medo. Uma sociedade sem medo não pode ser gerida pela política do choque, que combina crédito e dívida. É necessário estar em estado de choque coletivo para que a terapia contumaz seja mobiliada para a reabilitação do capitalismo diante do fim, ou seja, é o crédito que consente a garantia da reprodução objetiva e ideológica do capitalismo. O encerramento da circularidade crédito-dívida pode significar o próprio fim do elemento propulsor da acumulação capitalista e, portanto, do futuro. O fim pode ser um novo começo, restaurado, da reprodução ampliada do sistema dominante. A questão decisiva é como decretar o fim e reinventar um novo começo que não seja apenas a restauração infinita do reembolso capitalista.

3 CONCLUSÃO

Implodindo a bolha

A circularidade crédito-dívida produz uma inflação das bolhas financeiras e semióticas. O modelo de crise superprodução desenvolvido por Marx agora pode ser percebido na constituição da "superprodução semiótica" (BERARDI, 2020, p. 89), pois o colapso aparece na supersaturação da atenção. Descobriu-se que a atenção não é infinita, mas ela tem uma limitação fundamental inscrita no corpo dos sujeitos isolados. O semiocapitalismo tentou restaurar a própria ideia de fronteira, impossibilitando não apenas a fuga do sistema, mas interditando qualquer existência que não estivesse mediada pela sua circularidade infinita. Deleuze (2004, p. 205-206) diz que "[...] dado um sistema que foge realmente por todos os lados e que, ao mesmo tempo, não pára de impedir, de reprimir ou de colmatar as fugas por todos os meios". O ambiente da bolha é justamente essa luta entre tentativa de fuga e impedimento pelo sistema, através de diversos mecanismos de repressão. A dívida é o que prepondera hoje, mas não pode ser pensada como a última forma de contenção. O colapso da *superprodução semiótica* pode representar, de alguma maneira, o esboço do fim e a reinvenção do começo:

Apenas uma dessas premissas era verdadeira: a rede é de fato um espaço em constante expansão, mas a infinidade de energia mental era uma ilusão. A ideologia wired [conectada] se mostrou falsa porque seus ideólogos não consideraram os limites do lado subjetivo da economia. O mercado de atenção mergulhou em uma sobrecarga que resultou numa superprodução semiótica. E, como os cérebros e os corpos individuais não são capazes de acelerar cada vez mais e mais e mais, a consciência global enlouqueceu. A possibilidade de exaustão dos recursos físicos é o limite intrínseco do ciberespaço. O sonho da explosão infinita não é ilimitada e porque a potência infinita da inteligência coletiva em rede encontra sua limitação na finitude dessa mesma energia (BERARDI, 2020, p. 89-90, grifos do original).

Com efeito, a exaustão é o fator de antiprodução do semiocapitalismo. Ela é resultado da compulsão ao desempenho desenfreado e, ao mesmo tempo, fator que implode a circulação normal dos signos abstratos produtivos. O sintoma da crise acontece no aparecimento da "semioinflação" quando o sistema "[...] precisa de mais signos, palavras a informação para comprar menos sentido" (BERARDI, 2020, p. 75-76). O problema da aceleração é que ela, inevitavelmente, entra em colapso.

A exaustão deflaciona qualquer acumulação semiótica. É por isso que Byung-Chul Han (2017, p. 70) vai dizer que "[...] a sociedade do desempenho e a sociedade ativa geram um cansaço e esgotamento excessivos". O que torna a bolha instável é justamente o fato de que a inflação do significado exige o maior dispêndio possível de signos. Na verdade, estamos diante de uma poderosa supremacia da especulação sobre a realidade factual.

A exigência de elevação da capitalização do significado e da realidade factual torna todos nós tributários de uma dívida infinita que jamais será reembolsada. Talvez a questão de decisiva seja possibilitar que o significado ultrapasse qualquer implicação especulativa. Isso poderá reabrir o horizonte de possibilidades, antecipando o impossível para o campo de experiência de possibilidades.

Nesse caso, a tarefa prioritária é não agir tentando impedir a implosão da bolha. Não podemos ser tão reativos. Na prática, temos que colaborar com o semiocapitalismo, acelerando ainda mais a especulação até o limite da implosão da bolha. Fugir da bolha, escapando dos seus tentáculos monstruosos, permitirá que a exaustão pela dívida ou pelo desempenho não seja apenas sintoma de que as coisas precisam ser restauradas, mas condutor de uma transição política necessária e urgente. A exaustão aparece aqui como o fracasso do sujeito isolado, que não é capaz de manter sua energia compatível com a exigência de aceleração constante do semiocapitalismo. Todavia, a exaustão individual e coletiva representa o colapso da exploração infinita da subjetividade e da energia psíquica coletiva. A contradição básica – nos termos do funcionamento do sistema – desse modelo de exploração e expropriação é que ele é potencialmente infinito. Entretanto, como se trata de uma virtualidade que é operada por sujeitos, sua infinitude é limitada à finitude cognitiva e emocional dos seus operadores fundamentais. Nesse sentido, a contradição decisiva ainda é marcada pela forma social de apropriação da potência cognitiva global.

Por fim, a álgebra política da resistência pode ser acionada através da “fúria”, pois “[...] ela é uma capacidade de interromper um estado existente e permitir que um novo estado comece”. É assim que “ela produz o futuro” (HAN, 2018, p. 23). A fúria é justamente uma desestabilização interna ao funcionamento da bolha. Para Zygmunt Bauman (2010b, p. 45), “[...] à medida que se infla até o ponto de ruptura, a grande bolha é cercada por uma multidão de minibolhas pessoais ou familiares impelidas a segui-la rumo à perdição”. O futuro como *crédito à morte* está inflacionado pelo fracasso.

A *superprodução da atenção* e da capacidade cognitiva produzirá continuamente o colapso. A implosão da grande bolha de crédito, dívida e especulação será acompanhada da implosão das minibolhas particulares. O efeito devastador do colapso financeiro da dívida será apresentado como um problema de controle individual. Mais uma vez, o sistema dominante tentará operar uma distorção ideológica da realidade factual. Assim, a especulação financeira é uma inflação em relação à economia real, do mesmo modo que a distorção ideológica é uma inflação em relação ao objeto do colapso existente. A nossa tarefa é acelerar a transgressão do objeto colapsado para além do próprio capitalismo como forma de vida dominante, sem traumas, choques e com dramas menos confusos.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010a.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida a crédito: conversas com Citlali Rovirosa-Madrazo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010b.
- BENJAMIN, Walter. **O capitalismo como religião**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BERARDDI, Franco. **Asfixia: capitalismo financeiro e insurreição da linguagem**. São Paulo: UBU Editora, 2020.
- DELEUZE, Gilles. **A ilha deserta e outros textos**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2004.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações, 1972-1990**. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. São Paulo: Ed. 34, 2011.
- FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- GIANNETTI, Eduardo. **O valor da amanhã: ensaio sobre a natureza dos juros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- HAN, Byung-Chul. **A sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- HAN, Byung-Chul. **No enxame: perspectivas do digital**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.
- JAPPE, Anselm. **Crédito à morte: a decomposição do capitalismo e suas críticas**. São Paulo: Hedra, 2013.
- KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- KLEIN, Naomi. **Não basta dizer não: resistir à nova política de choque e conquistar o mundo do qual precisamos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.
- LAZZARATO, Maurizio. **O governo do homem endividado**. São Paulo: n-1 edições, 2017.
- MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1979.
- MARX, Karl. Excertos do livro de James Mill "Éléments d'économie politique". **Cadernos de Filosofia Alemã**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 147-161, jan./jun. 2016.
- MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

ARTIGO 2

SIMILARIDADE KEYNESIANA: no comportamento da política econômica no Brasil¹.

Fábio José Vieira da Silva²

RESUMO

O presente artigo tem como propósito apresentar um panorama do resultado das políticas públicas do governo federal, que se assemelham à teoria Keynesiana, um breve apanhado histórico dos governos desde 1950, demonstrando pontos que são relevantes para a comparação com a teoria e seus resultados, evidenciando as similaridades dentro do contexto da dinâmica política adotada no período exposto. Os cenários econômicos abordados trazem uma visão macroeconômica e seus desdobramentos, o comportamento adotado pelas autoridades do governo em relação aos seus antecessores, uma continuidade das políticas adotadas ou ruptura para aplicação de outras vertentes econômicas, mas com similaridades a teoria Keynesiana.

Palavras-chave: Estado; Moeda; Incerteza; Macroeconomia; Keynesianismo.

ABSTRACT

The purpose of this article is to present an overview of the results of the federal government's public policies, which are similar to the Keynesian theory, a brief historical overview of the governments since 1950, demonstrating points that are relevant for comparison with the theory and its results, highlighting the similarities within the context of the political dynamics adopted in the period exposed. The economic scenarios discussed bring a macroeconomic vision and its developments, the behavior adopted by the government authorities in relation to their predecessors, a continuity of the policies adopted or rupture, for the application of other economic strands, but with similarities to Keynesian theory.

Keywords: State; Currency; Uncertainty; Macroeconomics; Keynesianism.

¹Artigo apresentado ao II Encontro Maranhense Economia: Maranhão e Brasil pós-pandemia: impactos, cenários e desafios. Requisito para Comunicação Oral.

² Mestrando em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail:fabiojv-dasilva@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Em uma abordagem panorâmica dos governos brasileiros desde 1950, podemos observar um comportamento de similaridade com a teoria Keynesiana, preocupação com a moeda, a incerteza dos investidores e a questão tempo quando passamos a considerar o período de mandato eletivo da autoridade em exercício, o que leva esses gestores a buscar uma eficiência estatal dentro do prazo de mandato, que na atualidade é de quatro anos. Diante deste cenário, iremos apresentar uma abordagem panorâmica dos resultados das políticas positivas de governos e seus desdobramentos, considerando pontos que são relevantes.

A política econômica no Brasil passou por diversas fases, mas iremos demonstrar que, apesar de várias mudanças e adoção de políticas diferentes, a similaridade com a teoria Keynesiana sempre esteve presente e mais evidente ainda a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em que os pressupostos básicos da teoria, que são moeda, incerteza e tempo, começam a ser trabalhados com uma atenção maior. Neste panorama, atende-se aos interesses internacionais, levando o país a participar de algo grandioso, a globalização, com foco na intervenção estatal na economia, pois, desde então, nota-se a presença de ações que podem ser pautadas na teoria Keynesiana por se assimilarem em seu comportamento.

Tal similaridade também é notada nos governos anteriores ao de FHC, porém não com um grau elevado de similaridade. O cenário internacional ainda não exercia uma influência tão intensa quanto passou a ter após a globalização, pois o Brasil teve de se subordinar aos interesses dos mercados internacionais. Tais ações fizeram com que essa teoria fosse aceita de forma impositiva pelas potências hegemônicas mundiais, logo os países periféricos se subordinaram aos interesses dos países mais desenvolvidos e ficaram sem muitas opções em detrimento da necessidade de participar dessa economia mundial.

A economia mundial traz consigo exigências e particularidades: os países devem atender para poder participar e buscar o que melhor lhes convém dentro de um jogo de interesses, em que as periferias são o foco de extração de riqueza e recursos naturais. Um país como o Brasil tem alguns benefícios por ser uma nação rica em recursos naturais e bem localizado na geopolítica mundial. Deste modo, estas vantagens competitivas

obrigam os governos a terem um cuidado especial com a macroeconomia, subordinada ao Estado, que por sua vez sofre pressões internas e externa para tomar decisões e buscar o equilíbrio dos interesses. Por conseguinte, serão apresentados pontos relevantes das políticas econômicas dos governos brasileiros desde 1950 até a atualidade.

2 PONTOS RELEVANTES DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS DOS GOVERNOS NO BRASIL

Em uma economia cada vez mais política, a doutrina Keynesiana vem para somar com o pensamento do Estado que pode resolver tudo na economia. Ao longo do tempo, com o surgimento das dificuldades econômicas e situações na qual a economia encontra-se em crise, esse pensamento reverbera com força total. A busca pela melhor forma de funcionamento da economia, seja com ou sem a intervenção do estado, não pode abrir mão da democracia que “[...] significa a imposição de limites ao domínio das instituições estatais e aí incluída a gestão ‘econômica’, ou seja, a criação das condições para o jogo da acumulação privada e do enriquecimento [...]” (BELLUZZO, 1993, p. 205).

Mesmo em um Estado democrático de direito, ainda temos conflitos internos que nos levam a situações de desigualdades e exclusões, consequência do neoliberalismo, que deixa de herança para as sociedades a má distribuição de renda, fruto de um sistema capitalista que tem na globalização econômica seu principal viés explorador da mais valia e dos recursos naturais. Nesse contexto, o Estado tem um papel preponderante na proteção dessas explorações, o que faz haver a necessidade de políticas públicas de igualdade e identidade que combatam ou no mínimo amenizem essa exploração, pois “[...] temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza [...]” (SANTOS, 1999, p. 61).

Neste panorama, como amenizar o grau de exploração por parte da iniciativa privada que o Estado permite, podemos ter que o uso dos tributos arrecadados de forma a beneficiar a sociedade como todo é uma forma de compensação para as vítimas desta exploração, que tem na extrafiscalidade uma ferramenta de garantias de direitos e uma forma de assegurar o financiamento de políticas públicas. Pretende-se diminuir a diferença social ou “[...] como criadora de isenções, incentivos, desestimuladora de consumo de produtos ou atividades, apenas com um único objetivo: o de concretizar a justiça tributária social [...]” (SARAIVA; MENDONÇA, 2016, p. 111).

No modelo keynesiano, três pressupostos são básicos: a moeda; o tempo; e a incerteza. Eles determinam o investimento da seguinte forma: a moeda é uma segurança em momentos de elevada incerteza do mercado; o tempo tem a função de regular os estoques de capital; e a incerteza é o que podemos esperar do comportamento do mercado aliado ao inesperado, que é avaliado pela visão de mundo do investidor que permeia o mercado explorado por ele e o quanto estes acontecimentos podem impactar em seus rendimentos. Com isso, temos que o “[...] equilíbrio proposto pelos pós-keynesianos depende das expectativas de curto e longo prazo dos agentes [...]” (CASAGRANDE, 1993, p. 102).

No Brasil, o comportamento Keynesiano é antigo, e pesquisas mostram que entre 1950 a 1979 o foco nas decisões era de cunho político com contribuições jurídicas e culminou no crescimento exponencial do investimento público. Com isso, para Reis (2008, p. 74), “[...] houve enorme expansão das empresas estatais e a construção de mecanismos variados para o seu financiamento, destacando-se a vinculação de tributos às suas receitas [...]”. A necessidade de consumo dessas empresas permitiu utilizar as compras estatais para estimular a demanda e consentiu às empresas utilizar sua capacidade produtiva ociosa e gerar receita e crescimento.

Nas décadas de 80 e começo dos anos 90, o cenário não era otimista, e os resultados deixaram a desejar ao apresentarem um baixo desempenho no crescimento da formação bruta de capital fixo (FBCF). Neste fenômeno, foi observada uma relação com a demanda efetiva, o que para Grasel e Santana (2011, p. 112) é “[...] resultante do aumento da instabilidade (reduz a demanda efetiva pelo aumento da poupança para fins de precaução), na redução da massa e dos salários reais e dos gastos públicos [...]”. Estes acontecimentos alteraram a dinâmica e inviabilizaram os investimentos, que por sua vez não são realizados e, em efeito cascata, atrapalham os investimentos em andamento.

O Brasil de 1995 a 2003, sob o comando de Fernando Henrique Cardoso (FHC), teve algumas mudanças na macroeconomia, como: plano real, que sobrevalorizou a moeda nacional; abertura comercial, que se deu em um cenário de um país despreparado, acarretando em desequilíbrio da balança comercial, levando ao aumento das importações; a utilização da taxa de juro como instrumento de controle da inflação, o que trouxe equilíbrio de forma temporária. A consequência foi que “[...] todos esses fatores tornaram-se fortes restrições à retomada do crescimento e desenvolvimentos econômicos e contribuíram para o fraco desempenho do PIB ao longo do Governo FHC [...]” (COSTA, 2005, p. 60).

Dentro deste contexto, o governo efetuou uma verdadeira reforma do Estado brasileiro, adotando políticas de privatizações, o que no momento parecia interessante. Logo, constatou-se que grande parte das empresas vendidas era do segmento de atividades estratégicas com boa lucratividade. Além disso, o plano era alterar o marco legal, criar ambiente político favorável à privatização e oferecer as empresas estatais a baixo custo, o que favorecia o surgimento de um cenário para atração de capital em especial o estrangeiro, pois, para Rodrigues e Jurgensfeld (2019, p. 416), “[...] os leilões revelaram o interesse do capital internacional em setores estratégicos e essenciais para a soberania do país [...]”.

Outro ponto da reforma do Estado brasileiro foi a política de regulamentação dos setores por intermédio da criação de agências regulamentadoras, tendo como alvo assegurar que as empresas tivessem igual nível de competitividade no mercado, proteger os interesses dos consumidores, fomentar o investimento privado garantindo sua qualidade e rentabilidade, buscar o equilíbrio entre os stakeholders e seus clientes, evitando os abusos de poder econômico dentro das ações estabelecidas para a exploração do setor. Para Rothen e Barreyro (2008, p. 131). “[...] as agências reguladoras, no discurso oficial, teriam como característica principal a autonomia em relação ao Estado [...]”. Portanto, essas agências não sofreriam pressão do poder econômico dos stakeholders.

Também tivemos na década de 90, o início das políticas de transferência de renda tem por objetivo melhorar a distribuição de renda per capita, que eleva os rendimentos da população e estimula o consumo de massa. No período, alguns programas foram implantados como Bolsa Escola, que tinha por objetivo o controle e diminuição da desigualdade e pobreza extrema. Segundo Resende e Oliveira (2008, p. 261), este programa visava o bem-estar social, utilizando a “[...] transferência de renda para as famílias pobres e a provisão de incentivos ao combate à pobreza futura, através do aumento da frequência escolar entre as crianças participantes”. Em outro momento, início do ano de 2003, agora o Brasil está sob o comando de Luiz Inácio Lula da Silva que começou seu governo garantindo a estabilidade do real, com políticas que segundo Ghiorzi (2005, p. 73) foram adotadas para “[...] elevação da taxa de juros, da meta para o superávit primário e do compulsório sobre depósitos à vista [...]”. Assim, deu-se continuidade ao modelo de gestão do governo anterior no intuito de acalmar os ânimos do mercado. Estas ações surtiram efeitos positivos e permitiram o crescimento econômico por intermédio do controle da taxa de juros, mesmo em períodos de uma oscilação do Produto Interno Bruto (PIB).

O governo do partido dos trabalhadores (PT) teve foco no social, e o programa *Bolsa Família* é um exemplo de política adotada. Este programa ganhou destaque pela envergadura que alcançou, pois uma grande parcela da população mais carente foi beneficiada, implicando um resultado positivo quando comparado com a complexidade, paradigmas e implantação desta política pública. O Bolsa Família “[...] combina a busca por crescimento, distribuição de renda e inclusão social, mostrando que, quando as políticas social e econômica estão alinhadas, o efeito de ambas é multiplicado” (CAMPELLO; NERI, 2013, p. 23).

Em outro momento do governo Lula, fez-se o programa *Fome Zero*, que teve como diretriz erradicar a fome no Brasil e contribuiu para o desenvolvimento social ao agir de forma direta nas questões de insegurança alimentar e eliminar as causas do problema da fome. Souza (2006, p. 116) define que a raiz do projeto fome zero é a “[...] capacidade em congregar ações típicas de política social com uma ação de desenvolvimento”. Tais atitudes culminaram na criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em 2004.

Aliado a essas políticas, o governo Lula estimulou a expansão do crédito à pessoa física por meio da Lei n.º 10.820, de 17 de novembro de 2003, conhecida como Lei do Consignado, que permitia empréstimos e financiamentos parcelados com desconto na folha de pagamento do funcionário, o que fez a propensão ao consumo se elevar, servindo para diminuir o abismo existente entre o sonho de consumo de um bem móvel ou imóvel e a classe trabalhadora. Esta ação gerou uma repercussão imediata, com redução das taxas de juros e flexibilização dos prazos de pagamentos dos contratos. Assim, “[...] esta combinação de fatores permitiu que consumidores, alijados do mercado, fossem incorporados [...]” (MORA, 2015, p. 19).

Tivemos ainda a implantação de políticas de valorização do salário, que decorreu em um aumento real do salário-mínimo. Os resultados repercutiram com mais impacto nas regiões Norte e Nordeste por serem as áreas que concentram o maior número de pessoas com baixa renda, deste modo esta política contribuiu para o crescimento do mercado interno e estimulou a economia. A valorização dos salários acima da inflação foi conduzida pelas instituições de proteção aos trabalhadores, os sindicatos, por exemplo, que defenderam as reparações das perdas salariais no período, conseguindo vitórias importantes nas mesas de negociação, e uma delas “[...] estabelecia como limite para o reajuste salarial dos funcionários públicos o índice de inflação acrescido de 1.5% por um período de 10 anos [...]” (OLIVEIRA; BRIDI; FERRAZ, 2011, p. 49).

Na gestão do PT, o controle da inflação veio por intermédio do regime de metas inflacionárias, considerando que a inflação é baseada em pressupostos que interferem na demanda. Para se alcançar o controle desejado, foram utilizadas a taxa Selic e as políticas de austeridade, pois, segundo Barbosa (2012, p. 54), o “[...] BACEN¹ teve um excelente desempenho no controle da inflação, cumprindo rigorosamente as metas fixadas pelo CMN² [...]”, o que permitiu uma desenvoltura mais evoluída da economia no período, estimulando os bancos a emprestar dinheiro para investimentos. Estas ações levaram o Brasil rumo ao crescimento econômico com uma inflação controlada.

Outro ponto favorável da política petista foi adotar a estratégia Keynesiana de estímulo ao consumo, que para Zerbielli (2016, p. 41) “[...] teve um papel fundamental para o surgimento de uma dinâmica interna marcada pela dinamização e o crescimento econômico com base na expansão do mercado interno”. Aliado a isso, tivemos alta proporção de investimento público como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o que resultou em um ambiente seguro para que o investimento privado também pudesse ser realizado, culminando em um mercado extremamente aquecido, permitindo que a economia reagisse de forma positiva. Tais ações contribuíram para que o Brasil pudesse avançar para além do econômico, o social.

Outro marco temporal foi à continuação do governo petista em 2011, mas agora com a presidenta Dilma Vana Rousseff, que teve como pressuposto uma forte intervenção estatal na economia, com intenção de alargar o crédito para o mercado por intermédio dos bancos públicos e privados, no intuito de estimular o consumo e o investimento. Porém, para Dweck e Teixeira (2017, p. 37), tais medidas do governo tiveram uma “[...] atuação dos bancos públicos numa forte concorrência com os bancos privados, para reduzir os *spreads*³ bancários [...]”, o que deu aos bancos públicos uma fatia maior de participação no mercado financeiro, que poderia ser o primeiro passo para uma ruptura com as regras da elite vigente.

Em um panorama político, tivemos como ponto positivo do governo Dilma Rousseff, o combate à corrupção, sancionando a Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dentro de suas atribuições fez com que não apenas o corrupto pague pelos seus atos, mas também os corruptores passassem a responder criminalmente. Tal fato dentro de um comportamento heterodoxo visa ao entendimento do padrão do funcionamento da

¹ Banco Central do Brasil.

² Conselho Monetário Nacional.

³ É a diferença entre o que um banco paga de juros a um investidor e o que ele cobra de juros nos empréstimos.

corrupção a ser combatido. Para Sá (2004, p. 135), tal comportamento aponta que a “[...] corrupção pública nada mais é do que a quebra da confiança do agente (burocratas e políticos) na sua relação com o principal (a sociedade)”, pois, para a heterodoxia, considera-se que o comportamento do agente, pode ser pautado na conduta dos que o cercam.

Outro marco do governo petista foi a queda na taxa de desemprego, a associação de políticas públicas como a Nova Matriz Econômica (NME) e teve por objetivo o estímulo da economia através dos gastos públicos, o que é puramente keynesiano. Outra medida foi A desoneração da folha de pagamento, que reativou o investimento, protegeu empregos e estimulou a geração de novos postos de trabalho. Assim, para Santos (2017, p. 44), tais “[...] políticas públicas de emprego e renda permitiram a geração de mais e melhores empregos com igualdade de oportunidades, por meio de investimentos em setores estratégicos”, o que também proporcionou a formalização de quem estava informal. Desta vez, houve uma transição de governo, que ocorreu através do impeachment de Dilma e a posse de Michel Miguel Elias Temer Lulia. Temer tomou atitudes para mudança do cenário de estagnação, e uma delas é a desburocratização, que visa à eficiência da estrutura administrativa do Estado e nos deixa em desvantagens competitivas a nível mundial. Com o intuito de reverter esta situação, surge a Lei n.º 13.726, de 8 de outubro de 2018 que cria o Selo de Desburocratização e Simplificação que, segundo o Senado (2018, p. 1), tem por propósito “[...] reconhecer e estimular projetos, programas e práticas que simplifiquem o funcionamento da administração pública e melhorem o atendimento aos usuários”. Essas medidas permitiram que as soluções tecnológicas pudessem ser escalares no governo.

Outro ponto de foco do governo foi à expansão da terceirização das atividades fins com o objetivo de dinamizar a geração de empregos. Tais intervenções se fazem necessárias em detrimento da resseção no período, o que exige medidas enérgicas e salutaras para a economia. Assim, para a expansão do número de postos de trabalho nas empresas em momentos de crise severa, adotam-se medidas de flexibilização de direitos, o que gera redução de despesas e, para Oliveira e outros (2020, p. 186), leva a empresa a “[...] minimizar custos com a mão de obra, encargos sociais, entre outros, consequentemente gerando mais contratações de profissionais através de uma terceirizada, prestadora de serviços, e assim gera mais empregos”. Com isso, reduzem-se as taxas de desemprego, e o Estado passa a ter apenas o papel da segurança e amparo social ao trabalhador.

Tivemos ainda como ponto positivo deste governo o equilíbrio da taxa do Sistema Especial de Liquidação de Custódia (Selic), o que ajudou o mercado nacional a fortalecer-

se, fazendo com que os investimentos pudessem ser retomados. O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) registrou uma Selic de 14,25% a.a., no início do mandato de Temer, o que não é nada animador para as atividades econômicas. Contudo, o governo conseguiu reduzi-la para patamares longe dos ideais, mais palatáveis para a realidade inflacionária do período. Com isso, Advfn Brasil (2018, p. 1) informa que “[...] na última reunião de 2018, o Comitê de Política Monetária decidiu manter a taxa básica de juros da economia em 6,5% ao ano”, entregando este cenário para o novo governo, que assume em 2019.

3 CENÁRIO ATUAL BRASILEIRO

O governo de Jair Messias Bolsonaro teve início em 2019 e administra, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2021, p. 1), uma inflação de 10,25%, impulsionada pelas altas dos combustíveis, alimentação, energia elétrica, por exemplo. A inflação corrói os ganhos adicionais na renda da população, reduz o poder de compra e obriga o governo a tomar medidas de combate, como o aumento da Selic, resultando em desestímulo para a atividade econômica, o que pode ocasionar um cenário de incerteza para os investidores e fazer com que eles deixem de investir por terem poucas expectativas positivas.

Em contra partida, para controlar a inflação, tomaram-se medidas enérgicas: “[...] o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa Selic - juros básicos da economia - de 5,25% para 6,25% ao ano” (MÁXIMO, 2021, p. 1). Em setembro de 2021, tais medidas geraram esfriamento da atividade econômica, pois, quando sobe a Selic, aumentam também as taxas de juros dos financiamentos, cartões de crédito e empréstimos, o que leva a retração do consumo. Com isso, o impacto negativo na economia pode causar danos graves, pois a recuperação é lenta e depende da capacidade de investimentos do capital privado e dos gastos do governo. A Selic tem um papel de servir de referência para outras taxas de juros da economia, o que aumenta seu grau de importância para o governo.

Aliada ao câmbio, a Selic se torna uma importante ferramenta para atração do capital estrangeiro, algo que o atual governo está buscando. A política de desvalorização da moeda para aumento das exportações está impulsionando alguns setores da economia que exploram commodities, levando o país para reprimarização, pois não há políticas para potencializar a indústria nacional a ponto de concorrer no cenário internacional. O

dólar teve um percentual de crescimento elevado e, segundo Poder 360 (2021, p. 1), está cotado a “[...] R\$ 5,38 e já subiu 39% desde o início do governo de Jair Bolsonaro”. Essa desvalorização do real frente ao dólar permite que Brasil se torne competitivo e consiga exportar mais obtendo assim superávit na balança comercial.

Devemos observar neste cenário que todos os esforços voltaram-se para entregar a este governo uma governança segura, com controle dos gastos públicos. Por este motivo, o governo de Michel Temer empenhou-se para aprovação da Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016, demonstrando a preocupação e a responsabilidade com os gastos públicos durante 20 anos, porém não se imaginava que a pandemia da Covid-19 estivesse por vir, trazendo desafios econômicos, o que obrigou a sociedade a repensar o teto de gastos. Para D’agostini (2020, p. 25), “[...] o caos social está comprado caso a EC n.º 95/2016 permaneça em execução, uma vez que a economia demorará muito mais tempo para se recuperar, assim como o mercado de trabalho”, por consequência do congelamento dos gastos públicos, tornando-se impedimento para um realinhamento de programas de distribuição de renda.

4 CONCLUSÃO

O presente artigo teve por objetivo apresentar as similaridades com as teorias Keynesianas no Brasil dentro do contexto histórico e atual. Tal teoria tem como pilar a intervenção do Estado na econômica, então, dentro desse cenário, percebem-se umas similaridades presente no país desde a década de 1950 quando o Estado era o motor do desenvolvimento brasileiro com investimentos públicos e gerador de empregos, fomentador do capital nacional e também responsável pela distribuição de renda. Tais ações de uso do Estado são abordagens da teoria Keynesiana.

Em uma construção contínua da realidade econômica brasileira ao longo do tempo, tivemos mudanças significativas nos anos 90 com FHC, que estabilizou a moeda frente ao dólar, diminuiu o Estado com políticas de privatizações para torná-lo mais eficiente e também organizou os mercados setorizando ao criar as agências reguladoras que, por sua vez, são responsáveis por elaborar normas e regras que regem o mercado. Deste modo, têm-se segurança empresarial, ambiente propício para investimento e redução da incerteza. O governo FHC implantou no país os primeiros programas de distribuição de renda de forma direta para a população mais carente. Vale-gás e bolsa escola são exemplos destes programas, e tais ações demonstram o alinhamento com a teoria Keynesiana quando organiza e usa o Estado em prol do benefício social.

Dando continuidade a este modelo de gestão, tivemos o governo Lula, que garantiu estabilidade da moeda, estimulou o consumo pela expansão do crédito, crescimento real dos salários com políticas valorização salarial acima da inflação, controle da inflação pela taxa de juros, programas de investimento públicos como o PAC, expandiu os programas de distribuição de renda exemplo: o programa bolsa família, que faz transferência de renda direta a famílias mais pobres e lutou pela erradicação da fome no país. Com o programa Fome Zero, as ações deste governo demonstram uma ampla similaridade Keynesiana quando o Estado torna-se forte e agente de transformação socioeconômico.

Ainda no governo petista, tivemos a presidente Dilma, que também buscou o estímulo ao consumo, utilizando os bancos públicos, impulsionando crédito a população. Outra política pública adotada foi a Nova Matriz Econômica, que obteve como resultado a redução na taxa de desemprego, o que podemos identificar como uma busca pelo pleno emprego. Outro ponto de destaque foi o combate à corrupção que torna o Estado mais eficiente. Estas ações apresentam uma similaridade Keynesiana, pois são aspectos abordados na teoria e potencializam a utilização do Estado como responsável por tais mudanças.

No pós-governo PT, tivemos Michel Temer que também adotou políticas que visam à eficiência do Estado por meio das medidas de desburocratização. No entanto, assumiu política pública que retirou direitos dos trabalhadores e ampliou a terceirização em atividades fins por meio da reforma trabalhista em 2017 no intuito de baratear os custos de mão de obra e expandir os postos de trabalho, além de ter reduzido a taxa de juros. Esses critérios adotados pelo governo são similares à Teoria Keynesiana, pois em todas estas articulações é de extrema importância a presença firme do governo.

O cenário atual, já no governo Jair Bolsonaro, mostra a luta travada entre inflação e taxa de juros. Aliado a isso, há ainda o desafio do teto de gastos em meio à pandemia da Covid-19 que elevou os gastos do governo. O teto de gastos impede o crescimento do Estado, limita o desenvolvimento, tornando-se barreira para o investimento privado e deixando o Estado sem tração, o que acaba por resultar em uma economia estagnada e em crise. Este panorama evidencia a dificuldade que o governo tem para alocar capital político e reverter o cenário. Estas ações vão contra a teoria Keynesiana, pois a mesma prega um Estado tracionado e impulsionador, além do fato de a inflação agir sobre a oferta e a taxa de juros sobre a demanda, o que coloca o governo atual em um contexto de desvantagem econômica e política.

Todas estas ações demonstram que as similaridades com a teoria Keynesiana são muito presentes na economia brasileira ao longo do recorte histórico apresentado, no entanto, quando o governo tem um comportamento contrário, o resultado tende a levar ao cenário de estagnação e crise. O alcance dos resultados das políticas públicas adotadas pelos governos desde os anos 50 aponta para a eficácia da teoria quando atingem soluções positivas e satisfatórias, o que nos leva a entender o grau de importância da intervenção do Estado na economia, como uma espécie de Simbiose, uma relação diretamente ligada à questão da recuperação econômica e a distribuição de renda.

REFERÊNCIAS

ADVFN BRASIL. **Evolução da Taxa Selic em 2018**. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://br.advfn.com/indicadores/taxa-selic/2018>. Acesso em: 24 out. 2021.

BARBOSA, Fernando de Holanda. O Banco Central no Governo Lula. **Revista Economia e Tecnologia**, Curitiba, v. 7, p. 49-54, 2012. <http://dx.doi.org/10.5380/ret.v7i0.26878>.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Economia, estado e democracia. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, , n. 28-29, p. 201-208, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451993000100008>. Acesso em: 28 set. 2021.

BRASIL. República da Presidência. Lei n.º 10.820, de 17 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2003. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10820-17-dezembro-2003-497441-normaatualizada-pl.html>. Acesso em: 30 out. 2021.

BRASIL. República da Presidência. Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12846-1-agosto-2013-776664-normaatualizada-pl.html> . Acesso em: 30 out. 2021.

BRASIL. República da Presidência. Lei n.º 13.726, de 8 de outubro de 2018. Racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13726-8-outubro-2018-787227-publicacaooriginal-156547-pl.html> . Acesso em: 30 out. 2021.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtez. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília, DF: Ipea, 2013.

CASAGRANDE, Elton Eustáquio. **As teorias keynesianas do investimento**. 1993. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração Empresas, Departamento de Administração, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1993. Cap. 4.

COSTA, Ágata Flávia. **Análise da crítica pós-keynesiana à política econômica adotada no governo FHC (1994-2002)**. 2005. 71 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Cap. 5.

D'AGOSTINI, Luciano Luiz Manarin. Pandemia do Covid-19 e a urgência da extinção do teto dos gastos. **A Economia em Revista**, Maringá, v. 28, n. 2, p. 11-29, 2020.

DWECK, Esther; TEIXEIRA, Rodrigo Alves. A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. **Textos para Discussão**, Campinas, v. 1, n. 303, p. 1-42, 2017.

GHIORZI, Jorge Barrozo. **Política monetária dos governos FHC e Lula**. 2005. 78 f. Monografia (Especialização) – Curso de Economia, Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Cap. 4.

GRASEL, Dirseu; SANTANA, Edvaldo Alves de. Os modelos de keynes e kalecki e o investimento produtivo na Brasil: 1980/90. **Revista de Estudos Sociais**, Cuibá, v. 1, n. 2, p. 87-116, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Inflação**. Rio de Janeiro, [2021]. IPCA acumulado de 12 meses. IPCA acumulado de 12 meses. 2021. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 24 out. 2021.

MÁXIMO, Welton. Copom eleva juros básicos da economia para 6,25% ao ano: decisão era esperada pelo mercado financeiro. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-09/copom-eleva-juros-basicos-da-economia-para-625-ao-ano>. Acesso em: 24 out. 2021.

MORA, Mônica. **A evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010**. Rio de Janeiro: IPEA, 2015. (Texto para Discussão, n. 2022).

OLIVEIRA, Roberto Vêras de; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos. **O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora Ltda, 2011.

OLIVIERA, Claudia Sobreiro de et al. **Elas na Advocacia**. Porto Alegre: OAB/RS, 2020.

REIS, Cristina Fróes de Borja. Investimento público e desenvolvimento econômico: análise aplicada ao brasil entre 1950 e 2006, com base em uma perspectiva teórica keynesiana e estruturalista. **Revista de Economia Heterodoxa**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 10, p. 53-77, 2008.

RESENDE, Anne Caroline Costa; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo de. Avaliando Resultados de um Programa de Transferência de Renda: o impacto do bolsa-escola sobre os gastos das famílias brasileiras. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 235-265, 2008.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes; JURGENFELD, Vanessa Follmann. Desnacionalização e financeirização: um estudo sobre as privatizações brasileiras (de collar ao primeiro governo fhc). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 393-420, 2019.

RODRIGUES, Douglas. Dólar está em R\$ 5,38 e já subiu 39% desde o início do governo Bolsonaro: quando iniciou a administração atual, em 1º de janeiro de 2019, a moeda norte-americana estava cotada em R\$ 3,87. **Poder 360**, [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/dolar-atinge-r-57-esalta-27-na-semana/>. Acesso em: 24 out. 2021.

ROTHEN, José Carlos; BARREYRO, Gladys Beatriz. Avaliação da educação superior, reforma do Estado e agências reguladoras nos governos FHC. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 15, n. 1, p. 120-134, 2008.

SÁ, Luís Filipe Vellozo Nogueira de. **Economia da corrupção, instituições e convenções: as perspectivas ortodoxa e heterodoxa**. 2004. 143 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004. Cap. 5.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A construção Multicultural da Igualdade e da Diferença. **Oficina do CES**, Coimbra, n. 135, p. 1-61, 1999.

SANTOS, Suzana de Sousa. **Análise do panorama do emprego formal no primeiro governo Dilma Rousseff: ajuste fiscal e mercado de trabalho**. 2017. 47 f. Monografia (Especialização) - Curso de Gestão das Políticas Públicas, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, Sumé, 2017. Cap. 6.

SARAIVA, Flávia Carvalho Mendes; MENDONÇA, Maria Lírida Calou de Araújo e. A Extrafiscalidade como política pública garantidora dos direitos fundamentais. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, Fortaleza, v. 6, n. 16, p. 91-119, 2016.

SENADO FEDERAL. Entra em vigor lei que simplifica contato entre cidadão e poder público Fonte: Agência Senado. **Agência Senado**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/11/23/entra-em-vigor-lei-que-simplifica-contato-entre-cidadao-e-poder-publico>. Acesso em: 23 out. 2021.

SOUZA, Luciana Rosa de. **Uma análise preliminar do Programa Fome Zero como uma política social de desenvolvimento**. 2006. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. Cap. 6.

ZERBIELLI, Adriano Gustavo. Ascensão social pelo consumo e projeção internacional do Brasil no Governo Lula. **Contra Ponto**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 23-43, 2016.

ARTIGO 3

98.71

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CT&I) COMO PROXY PARA UMA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Eduardo Mohana Silva Ferreira¹

Enaire de Maria Sousa da Silva ²

Railson Marques Garcez ³

RESUMO

O país tem experimentado muitas iniciativas estratégicas em direção ao desenvolvimento nacional. Do Plano SALTE aos PPAs, o Brasil vem, a cada período de sua história econômica, desenvolvendo projetos, programas e planos que concorrem para o seu desenvolvimento econômico e social. Este estudo apresenta as principais estratégias nacionais para a promoção do desenvolvimento econômico e social do Brasil: E-digital, Encti e Endes. A partir de uma metodologia teórico-bibliográfica foi possível compreender que as estratégias nacionais, delineadas para uma economia mais digitalizada, consideram iniciativas no campo da ciência, tecnologia e inovação (CT&I) como motores propulsores, proxies, para o aumento de produtividade, complexidade econômica e alcance de um desenvolvimento socioeconômico mais inclusivo e sustentado. Diante de um contexto nacional de crise, são necessárias medidas estratégicas de longo prazo que ajudem a retomar o processo de crescimento da economia. Mas, investimentos em CT&I, com resultados concretos, talvez sejam o caminho a ser perseguido.

Palavra-chave: Inovação; Tecnologia; Estratégia; Desenvolvimento.

ABSTRACT

The country has experienced many strategic initiatives toward national development. From the SALTE Plan to the PPA's, Brazil has, at each period of its economic history, developed projects, programs and plans that contribute to its economic and social development. This study presents the main national strategies for the promotion of economic and social development in Brazil: E-digital, Encti and Endes. Based on a theoretical and bibliographical methodology, it was possible to understand that the national strategies, designed for a more digitized economy, consider initiatives in the field of science, technology and innovation (ST&I) as propulsive engines, proxies, for increasing productivity, economic complexity, and achieving a more inclusive and sustained socioeconomic development. Facing a national context of crisis, long-term strategic measures are necessary to help resume the process of economic growth. More investments in ST&I, with concrete results, may be the path to be pursued.

Keywords: Innovation; Technology; Strategy; Development.

¹ Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: eduardo-mohana@hotmail.com

² Doutoranda em Política Social pela Universidade de Brasília (UNB). E-mail: sousaenaire@gmail.com

³ Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: railsongarcez.uema@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Em crise política, econômica, social e cultural, o país precisa retomar o caminho do crescimento e, sobretudo, do desenvolvimento socioeconômico. Esse é um desejo de todos os brasileiros. Porém, muitos desafios e objeções se colocam para a retomada desse processo de crescimento, deixam o caminho ainda mais tortuoso e distancia a realidade desejada das expectativas geradas. Mesmo diante de tantos episódios que colocam em xeque a capacidade dessa retomada, é preciso transpor as barreiras e criar um ecossistema favorável a recuperação da economia. O Estado, destarte, é ator principal e a este compete a responsabilidade de conduzir as políticas e planos que servirão de bases e diretrizes para o desenvolvimento nacional e regional.

Para vencer essas dificuldades e iniciar um novo ciclo de desenvolvimento, o governo federal, por meio do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, desenhou uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Endes), cujo objetivo assenta-se em promover o desenvolvimento nacional equilibrado no horizonte de doze anos (2020-2031). Tal Plano Estratégico está alicerçado em eixos diversos que dialogam em ampla correspondência com os anseios sociais, bem como se apresenta em consonância às diretrizes internacionais e, sobretudo, com alinhamento estrito ao previsto na Constituição Federal (CF) de 1988 que evidencia a imprescindibilidade do Estado como articulador do processo de desenvolvimento nacional.

Além dessa estratégia, outras, que servem de balizadoras, também se mostram e indispensáveis ao atingimento do objetivo de desenvolvimento sustentado e equilibrado, dentre elas a Estratégia Brasileira para a transformação digital (E-digital) e a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (Encti). Para subsidiar a análise desses instrumentos de governo, buscaram-se outros documentos e relatórios de entidades como Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a fim de suportar as interpretações.

A hipótese desse estudo recai sobre a relevância da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) como dimensão inerente ao processo de desenvolvimento das nações e gênese de ganhos de escala, produtividade e competitividade econômica. E é por considerar essa imprescindibilidade que se tem como objetivo geral apresentar as principais e atuais estratégias nacionais que concorrem ao desenvolvimento econômico e social, cujas bases assentam-se com grande ênfase em aprimorar o sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação. Para tal intento, utilizou-se o recurso metodológico teórico-bibliográfico a partir

de pesquisa em livros, artigos, publicações acadêmicas, relatórios institucionais, etc. que abordam e dão subsídio para a problematização do tema em estudo.

2 ESTRATÉGIAS NACIONAIS PARA A RETOMADA DO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Alcançar um país desenvolvido, livre, justo e próspero é objetivo de qualquer nação. No Brasil, essas aspirações estão dispostas na CF/1988. Durante toda a sua história, foram desenvolvidos pelos diferentes governos planos e programas visando ao desenvolvimento econômico e social do país. Do Plano SALTE (1948-1951), passando pelo Plano de Metas (1956-1960) do governo de Juscelino Kubitschek e pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs - 1972-1979), até chegar nos PPAs (Planos Plurianuais - 1991-2019), o país experimentou diversas metodologias para alcançar o tão almejado objetivo do desenvolvimento, obtendo dessa forma resultados não tão concretos, pois os planos não eram ambiciosos e foram pensados para curto e médio prazos. O *olhar longe*, o longo prazo, foi apenas experimentado a partir do Projeto Brasil 2020 (1998), durante o governo de FHC, e o Projeto Brasil 3 Tempos (2006), durante do governo petista do presidente Lula (IPEA, 2017).

Fases distintas e importantes da trajetória político-econômica do Brasil mostraram a relevância e resultados das iniciativas estratégicas para perseguir o desenvolvimento econômico. Segundo Castelar (2009, p. 9), “[...] uma estratégia de desenvolvimento é uma ‘visão’ de para onde se quer levar a economia”. Nesse sentido, o autor supracitado entende que uma estratégia de desenvolvimento pode ser descrita como um cluster de metas, instrumentais e políticas públicas responsáveis que atestem e reflitam, sobretudo, para a sociedade o compromisso do Estado com essa importante dimensão socioeconômica, que extrapola o simples ciclo eleitoral. Os efeitos devem ser sistêmicos e duradouros independentemente de ciclo governamental, ou seja, deve caracterizar-se como intertemporal.

Complementando essa percepção, Sicsú (2009) entende que uma estratégia de desenvolvimento econômico e social para o Brasil é composta por dois pilares fundamentais e estruturantes: sendo o primeiro pilar, representado pelo ponto para o qual a sociedade deve ser levada; e o segundo pilar, representado pela trajetória econômica que deve facilitar esse ponto de chegada da sociedade. A estratégia deve ser compartilhada e transformada em sonho com a maioria dos cidadãos, pois, do contrário, será apenas mais um documento

sem entendimento social caindo no esquecimento. Kahir (2009) endossa essa discussão. Indiscutivelmente rico e gigante pela própria natureza, o Brasil reúne condições ímpares para garantir prosperidade e bem-estar à sua população. Nos últimos 50 anos, o país experimentou diferentes estratégias de desenvolvimento, contudo é necessário deixar de lado excessos e utilizar o que fora exitoso – nem liberal demais, nem intervencionista demais. Um meio termo é a virtude necessária para reunir novamente as condições que levaram o país, no passado, a estratégias benéficas de longo prazo. Considerando que não há receita de bolo para o desenvolvimento, pois isso em grande medida é reflexo de distintos estágios de desenvolvimento econômico, social, político, o que se entende com certa prioridade é que, mesmo tendo avançado em um processo de desindustrialização, o país não pode trilhar (ou continuar trilhando) o caminho da especialização em *commodities* (SILVA, 2009).

Nesse mister, de acordo com os estudos empíricos do Atlas da Complexidade e de recomendações tantos dos clássicos estruturalistas e dos mais modernos economistas, uma nação deve sofisticar seu tecido produtivo, ou seja, especializar-se na produção de comunidades complexas, mas se concentrar em manufaturas ou serviços complexos e em redes com alto conteúdo de conhecimento produtivo. Para tornar-se complexo, um país deve empreender esforços no sentido de aumentar as possibilidades de divisão do trabalho dentro das empresas e entre as empresas, de acordo com o raciocínio de Adam Smith. Quanto maiores e mais eficientes forem essas redes, mais retornos crescentes de escala serão possíveis, pois a maior produtividade é uma decorrência de como o país se configura setorialmente (GALA, 2017).

Em outra perspectiva, segundo Chang (2004), são as diferenças na adoção das políticas de ICT (Indústria, Comércio e Tecnologia) que tornam os países desenvolvidos ou não, sendo, portanto, umas das principais explicações para o sucesso dos PADs (países atualmente desenvolvidos) no *catching-up* tecnológico. Porém, o autor deixa claro que, apesar de as políticas de ICT ativistas serem necessárias, isso, contudo, não implica que todos os países que as usaram estejam com o sucesso garantido. Numa perspectiva mais histórica e profunda, Fiori (2014) ressalta que o desenvolvimento da economia chinesa passa pela mudança de *mindset* do seu papel dentro da hierarquia do sistema internacional, a qual deixa para trás a *cópia tecnológica* e começa a mudar o sistema de pesquisa e inovação por estratégias de defesa e permanente preparação para a guerra.

Resultados empíricos mostram que esse é o caminho que os países ricos

percorreram. É imperativo, nesse sentido, distanciar-se da concentração em produtos naturais – as *commodities* – e do extrativismo que, em geral, não estão inseridos em redes e tendem a ser produzidos em países mais pobres. Países que formam tecidos produtivos mais complexos, a partir da industrialização ou do processamento de *commodities*, têm como *core* atividades de grande integração (conectividade e conhecimento, tecnologia e inovação) e, portanto, maior riqueza, maior complexidade (GALA, 2017). A despeito dessa percepção:

Uma nova estratégia de desenvolvimento brasileira, que é possível e muito necessária neste momento, não se traduz em um retorno ao passado. As políticas de desenvolvimento devem ser adaptadas a cada momento e de acordo com as situações e devem ser predominantemente horizontais, ou seja, com abrangência geral, envolvendo todos os setores econômicos, mas sem deixar de prescindir de políticas especificamente direcionadas a determinados segmentos, especialmente os que podem ser considerados nascentes ou cuja competitividade encontra-se em formação (SILVA, 2009, p. 48).

A imposição de novas fases da economia, como a economia digital e a difusão de programas, projetos e planos de desenvolvimento e aprimoramento da CT&I no Brasil, e de novos cenários políticos, como o que se observa atualmente, dimanam a necessidade de construção de cenários a longo prazo. Atualmente, mesmo diante de uma crise econômica, o Brasil vive uma outra fase na qual é urgente a implementação de estratégias e programas de longo prazo que visem, sobretudo, à construção de um país próspero e desenvolvido de forma equilibrada. Decerto:

O objetivo final de uma estratégia de desenvolvimento deve ser a construção de uma sociedade democrática, tecnologicamente avançada, com emprego e moradia dignos para todos, ambientalmente planejada, com uma justa distribuição de renda e da riqueza, com igualdade plena de oportunidades e com um sistema de seguridade social de máxima qualidade e universal – cujas partes imprescindíveis devam ser sistemas gratuitos de saúde e educação para todos os níveis e necessidades (SICSÚ, 2009, p. 20).

Por considerar esses anseios de diversas camadas da sociedade brasileira, o país entra em uma nova fase de planejamento a longo prazo para o desenvolvimento. Ações como a *Estratégia Brasileira para a transformação digital – E-digital*, a *Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação* (Encti) e a *Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social* (Endes) são apresentadas a seguir como ferramental direcionar dos rumos que o país pode tomar no alcance do seu desenvolvimento socioeconômico.

2.1 Estratégia brasileira para a transformação digital (E-digital)

As vastas e diversas transformações vivenciadas pela sociedade dimanam novas preocupações, mas, sobretudo, novos desafios ao desenvolvimento socioeconômico dos países. No contexto da quarta Revolução Industrial, a chamada Indústria 4.0¹, é necessário avançar na digitalização da economia brasileira a fim de aproveitar as oportunidades que surgem, bem como alavancar vantagens competitivas inerentemente nacionais em relação à outras economias.

No entanto, para vislumbrar crescimento e desenvolvimento equilibrado² (econômico, social e ambiental) é imprescindível o estabelecimento de estratégias que indiquem rotas assertivas a serem seguidas e que possam concretizar o projeto de desenvolvimento do país. É necessário, por conseguinte, entender, segundo o presidente do IPEA, Jessé Souza, que:

Se o passado pertence à história, o futuro pertence à estratégia. O futuro não é “dado”, mas construído. Não é um conjunto predeterminado de eventos e de situações irreversíveis, mas uma construção coletiva e imprevisível, moldada por diversas variáveis, atores, tendências e vetores da economia, da política, da tecnologia, da psicologia social e da natureza, entre tantos fatores. Visto com otimismo ou pessimismo, com apreensão ou esperança, o futuro projeta fortalezas e fraquezas em um contexto de oportunidades e de ameaças. É fundamental ter consciência das tendências atuais, das incertezas, das estratégias dos principais atores, enfim, de todas as sementes de futuro para construir visões a respeito do futuro que ajudem a fazer as apostas estratégicas corretas, corrigindo fraquezas para enfrentar ameaças e investindo nas fortalezas para aproveitar plenamente as oportunidades. **A falta de visão de futuro e de pensamento estratégico pode se tornar um gargalo ao desenvolvimento** (IPEA, 2015, p. 7, grifos nossos).

Para não sucumbirmos como nação e retomarmos, em perspectiva histórico-evolutiva, a curva de crescimento econômico e aproveitarmos todas as rápidas transformações na economia e na sociedade proporcionadas pelo ambiente digital, é indispensável delinear uma estratégia viva de digitalização da economia.

Essa estratégia viva em primeiro lugar é dita dessa forma, pois deve-se ajustar constantemente às alterações e transformações digitais. Segundamente, a estratégia contempla a necessidade de modernizar e dinamizar a economia brasileira com o objetivo

¹ O termo *Indústria 4.0* surgiu na Alemanha em 2011, durante a feira de Hannover, e tem diversas denominações como *manufatura avançada*, *produção avançada*, *fábricas inteligentes* ou *indústria inteligente*, sendo um produto da quarta revolução industrial. Esse movimento mundial trata-se, portanto, de diversas rupturas que impactam na economia e na humanidade, a partir da viabilização e uso intenso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

² “O desenvolvimento não deve se confundir com o crescimento econômico. Ele deve considerar nosso patrimônio ecológico e cultural, as dimensões sociais, políticas e ambientais envolvendo a interação desses aspectos com foco no desenvolvimento da dimensão humana das atuais e futuras gerações” (KHAIR, 2009, p. 59).

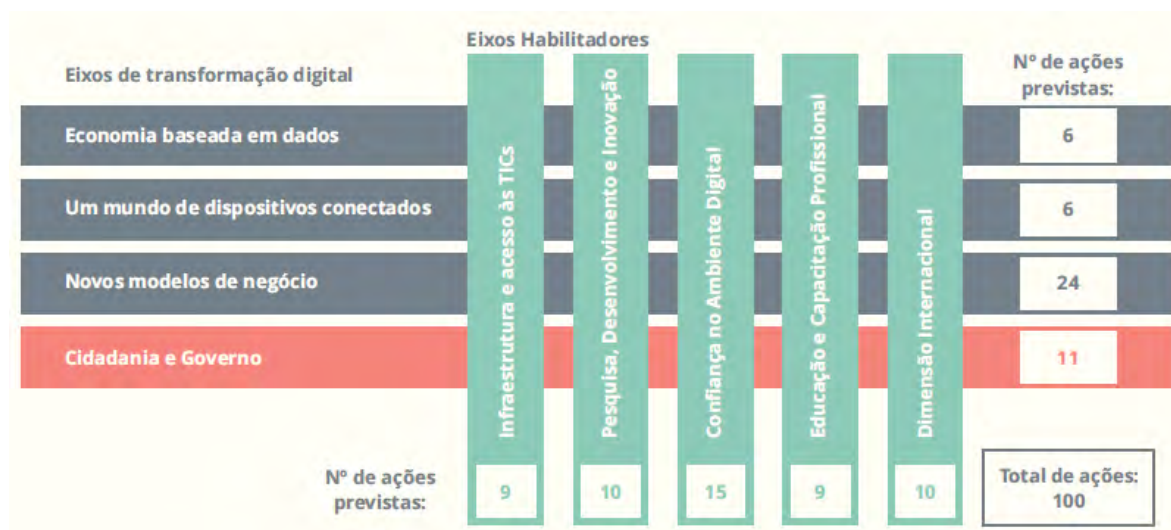
de proporcionar igualdade de oportunidades em todas as regiões do país. O futuro é digital, e para estar lá o país deve pensar e começar a agir em direção a ele hoje. A Estratégia Brasileira de Transformação Digital³ busca, sobretudo, promover maior geração de valor e crescimento econômico sustentável, com notáveis rebatimentos no processo de desenvolvimento socioeconômico do país.

Considerando esse processo, ressalta-se que:

A área digital tem se mostrado como um novo centro vital das modernas economias e os países líderes têm se posicionado de forma estratégica em relação ao tema. No cenário internacional, diversos países buscam alavancar suas principais competências e vantagens, ao mesmo tempo preenchendo lacunas importantes para maximizar os benefícios da economia digital. A depender do dinamismo econômico e das principais forças produtivas, alguns países procuram ser líderes em setores específicos e promissores, como a robótica, a inteligência artificial, a manufatura de alta precisão ou as inovações financeiras digitais, enquanto outros gerenciam seus marcos regulatórios de forma a aproveitar o potencial das tecnologias digitais. Entre as prioridades das iniciativas de digitalização pelo mundo, estão a busca de competitividade em negócios digitais, digitalização de serviços públicos, criação de empregos qualificados na nova economia e políticas para uma educação melhor e mais avançada (BRASIL, 2018, p. 6).

Entende-se, nesse sentido, que convergir estrategicamente para temas que trarão maior competitividade à economia torna-se extremamente indispensável, porém, na mesma medida, desafiador. E é por considerar esses desafios que a E-Digital busca desenvolver e implementar suas atividades considerando dois grandes eixos temáticos – eixos habilitadores (5) e eixos de transformação digital (4) –, conforme figura abaixo:

Figura 1 - Eixos temáticos da Estratégia de Transformação Digital (E-digital)



Fonte: (BRASIL, 2018, p. 9).

³ Disponível em: <http://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/estrategiadigital.pdf>.

Percebe-se, a partir de tais eixos temáticos, que muitas ações são necessárias para que a estratégia de transformação digital do Brasil, tanto na seara governamental, quanto na seara produtiva, seja frutífera e concretize os objetivos previstos. No entanto, superar os desafios é imperativo “[...] aproveitar todo o potencial que as tecnologias digitais têm a oferecer, com crescimento real do País e distribuição dos benefícios da economia do futuro para todos.” (BRASIL, 2018, p. 9).

Os desafios, como ilustrados, não são poucos: aumentar a produtividade brasileira que não cresce ou que cresce bem abaixo das expectativas; transformar em inovação de impacto social e econômico o incremento de produção científica, bem como a exploração econômica e social de patentes; ajustar programas como o Ciência sem Fronteiras; transformar projetos e investimentos públicos de P&D em resultados concretos. Vencer esses desafios deve passar por ações que orbitem em torno de toda uma reformulação dos sistemas de C&T a fim de que este possa atender prioritariamente demandas socioeconômicas internas (IPEA, 2018)⁴.

Vislumbrar a digitalização do país torna-se prioritário para subsidiar uma estratégia de desenvolvimento econômico e social a longo prazo. Tal digitalização, associada à capacidade de desenvolvimento de pesquisa, ciência, tecnologias e inovação no país, deve, sobretudo, permitir um salto qualitativo e quantitativo os números da economia brasileira, pois:

Não conseguir produzir mais com a mesma quantidade de trabalho é um dos mais graves limites ao crescimento brasileiro. No longo prazo, a capacidade de incorporar, adaptar e produzir novas tecnologias é fundamental para alavancar ganhos de eficiência na atividade econômica (IPEA, 2018, p. 110).

É por considerar essa dimensão e pela necessidade evidente de maior produtividade que se definiu uma estratégia de médio prazo para a implementação de políticas públicas na área de CT&I, assim como para dar suporte às estratégias mais globais e de longo prazo ao desenvolvimento nacional – A Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

⁴ Ver capítulo 12 de *Desafio da nação - volume 1* (Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32753)..

2.2 Estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação (Encti)⁵

O Brasil vem obtendo resultados ínfimos⁶ e, decerto, preocupantes em relação ao seu ecossistema de pesquisa, ciência, tecnologia e inovação. Uma dimensão importante e que jamais deve ser negligenciada — afinal, a história econômica atesta que crescimento e desenvolvimento socioeconômico estão diretamente relacionados à capacidade de fortalecimento de iniciativas e programas de fomento à pesquisa e à inovação do país.

É necessário promover uma verdadeira revolução para que o país possa catalisar seu processo de criação de novos conhecimentos e difusão da inovação, a exemplo de como fizeram os países de industrialização tardia, porém, exitosa, que assentaram suas estratégias de crescimento e desenvolvimento em CT&I. Afinal, entende-se que:

O desenvolvimento econômico dos países está assentado, cada vez mais, na inovação baseada no desenvolvimento científico e tecnológico. Não é por acaso que vários países, a exemplo de Estados Unidos e China, têm colocado a inovação como eixo central de suas estratégias de retomada do crescimento após a crise de 2008. Essa centralidade das políticas de ciência, tecnologia e inovação precisa ser perseguida pelo País, pois ela é fundamental para sustentar o desenvolvimento econômico brasileiro no longo prazo (BRASIL, 2016, p. 7).

Evidentemente, essa centralidade é urgente, porém vem carregada de obstáculos para que seja concretamente viabilizada. O processo de desindustrialização e a fragilidade macroeconômica do país, colocam em xeque sua capacidade de retomada e de resultados mais expressivos perante os vultosos investimentos em CT&I nos últimos anos. No entanto, segundo o IPEA (2018, p. 110):

[...] mesmo com aumentos reais no investimento geral em P&D e em ciência e tecnologia (C&T), os resultados em termos de inovação ainda são pouco significativos. São duas as razões principais: i) condições sistêmicas, como a baixa pressão de mercado dentre outros elementos; e ii) a baixa orientação a resultados concretos dos investimentos públicos em C&T.

Para vencer esses resultados modestos, bem com a *desconfiança* sobre os impactos das políticas e estratégias de CT&I pela população e formuladores das políticas públicas, é necessário não apenas fortalecer o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), mas, sobretudo, integrá-lo e consolidá-lo como importante plataforma para a viabilização de demais estratégias nacionais para o crescimento e desenvolvimento nacional.

⁵ A Encti 2016-2022 é o documento de orientação estratégica de médio prazo para a implementação de políticas públicas na área de CT&I, bem como servir como subsídio à formulação de outras políticas de interesse. Elaborada a partir de uma consulta pública e amplamente debatida com os atores do setor, essa Estratégia dá continuidade e aperfeiçoa sua antecessora, reforçando pontos de sucesso ainda por avançar, corrigindo rumos e estabelecendo novas ações oportunas para o contexto vigente e para tendências futuras (BRASIL, 2016, p. 9)..

⁶ “O investimento empresarial em P&D caiu entre 2008 e 2011, cresceu levemente em 2014, e o Brasil continua perdendo posições no cenário mundial, mesmo frente a países em desenvolvimento.” (IPEA, 2018, p. 112).

Medidas para o avanço nessa seara passam, prioritariamente, por uma maior abertura da economia e da sociedade brasileira, ou seja, é necessário aumentar o nível de internacionalização com foco no incremento do fluxo que advém de pessoas, tecnologias, produtos, serviços e ideias. Além disso, o sistema de C&TI deve ser reestruturado afim de que este seja mais claro e objetivo quanto ao atendimento das demandas socioeconômicas relevantes do país (IPEA, 2018).

O processo de ajustamento e amadurecimento das orientações estratégicas voltadas às iniciativas de CT&I e PD&I alteram as trajetórias e os rumos econômicos e sociais de cada país. Nesse mister, faz-se necessário entender que:

Há diversas trajetórias de evolução dos Sistemas Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI's). Essas trajetórias estão diretamente relacionadas com as estratégias de desenvolvimento que cada país adota, cabendo aos Governos Nacionais o papel de protagonista na articulação dos elementos constituintes de cada Sistema. Por outro lado, os investimentos privados são fundamentais para o desenvolvimento científico e tecnológico, tal como se observa em estatísticas mundiais acerca dos aportes em PD&I. Evidenciam-se, nesse cenário, que as trajetórias de evolução dos SNCTI's são aquelas que primam pela integração contínua das políticas governamentais com as estratégias empresariais. Além da integração, deve-se destacar a expansão e consolidação dos Sistemas como processos fundamentais que demandam crescentes esforços de gestores que lidam com a temática. Em um contexto de globalização, as políticas públicas e iniciativas privadas de países em desenvolvimento têm sido orientadas para a conformação de trajetórias de emparelhamento baseadas tanto na cooperação como na competição internacional. (BRASIL, 2016, p. 13).

Entende-se que a responsabilidade, compromisso e protagonismo dos Estados Nacionais são fundamentais nesse processo mais amplo de articulação das políticas governamentais e suas diversas estratégias e planos de ação com a atuação corporativa, consubstanciada em um esforço comum e sinérgico de integração nacional e internacional. Nesse sentido, uma estratégia de longo prazo, a ENDES, estima em 12 anos elevar o patamar do país, dando-lhe as condições necessárias para a manutenção de uma trajetória de crescimento, com fortes externalidades positivas no que tange o alcance de um desenvolvimento equilibrado.

2.3 A estratégia nacional de desenvolvimento econômico e social (ENDES)

Diferentemente das estratégias do século XX, que visavam prioritariamente ao desenvolvimento econômico, a nova orientação estratégica nacional de longo prazo, a Endes⁷, representa um dos instrumentos do planejamento do desenvolvimento nacional

⁷ Concebida com o objetivo de orientar, articular e influenciar as discussões dos demais instrumentos do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado (planos nacionais, setoriais e regionais e o Plano Plurianual – PPA da União). É mais um passo na busca de melhor governança para as ações do Estado bra-

equilibrado com forte participação social. Diz-se equilibrado, pois essa atual estratégia buscará o desenvolvimento em diferentes dimensões e com alinhamento aos principais instrumentos internacionais. O documento que apresenta a estratégia deixa claro que:

O planejamento atual, diferentemente daquele das décadas de 1940-1970, cujo foco era prioritariamente o desenvolvimento econômico e de infraestrutura, deve incorporar todas as dimensões do desenvolvimento sustentável, incluindo de forma integrada as questões sociais, para que o crescimento do país se converta em benefícios para todos os brasileiros, notadamente aqueles em situação de maior vulnerabilidade, e ambientais, protegendo e promovendo o uso sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade e medidas para combater a mudança do clima. Além disso, em consonância com as técnicas mais modernas de planejamento e em linha com o previsto na CF/1988, a elaboração desta Estratégia Nacional incorpora a participação social como método de governo para busca de consensos mínimos sobre a nação que queremos e como forma de orientar a atuação do Estado como articulador do desenvolvimento (BRASIL, 2019, p. 12).

O alinhamento com todas as dimensões do desenvolvimento sustentável dá-se a partir da consideração de importante elemento balizador para a definição da Estratégia Nacional: os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 adotada pelos 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU). É importante ressaltar que, além da Estratégia Nacional, os planos nacionais, setoriais e regionais e o Plano Plurianual (PPA) compõem, constitucionalmente⁸, o planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado. Estes possuem entre si não uma relação hierárquica, mas uma relação de consonância e sinergia em direção ao caminho que o país deve seguir.

O planejamento que se apresenta hoje com ações e estratégias de médio a longo prazo considera todo um arcabouço indispensável que envolve processos de colaboração, cooperação e articulação entre diferentes entidades e organismos nacionais e internacionais com objetivo comum: o desenvolvimento sustentado e equilibrado. Para isso, estudou-se, de forma sistemática e global, a melhor forma de sair de um estado inercial e alcançar o futuro desejado⁹.

A partir de um constructo necessário para entender o caminho e alcançar o futuro desejado, o futuro próspero a todos os brasileiros, é que a estratégia nacional se estabelece. Desafios, orientações, cenário macroeconômico atual e futuro, megatendências, instrumentos, acordos internacionais e riscos compõem as variáveis de análise para uma estratégia exitosa (BRASIL, 2019). É importante destacar que:

A Estratégia Nacional, ao mesmo tempo que possui conteúdo alinhado às regras e aos compromissos internacionais relevantes, também preserva a soberania do país

sileiro (BRASIL, 2019, p. 5).

⁸ Atendem aos referido no § 4º, do art. 165, da CF/1988 e no art. 12, do Projeto de Lei (PL) nº 9.163, de 23 de novembro de 2017.

⁹ Um país mais próximo ao previsto na CF/1988, segundo a ENDES (BRASIL, 2019).

no desenvolvimento de políticas nacionais para a promoção de um crescimento econômico inclusivo e sustentável (BRASIL, 2019, p. 15).

Fundeada em cinco eixos fundamentais, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social contempla essencialmente eixos imprescindíveis à sociedade a partir de seu caráter transversal e sinérgico, pois comunicam de forma clara e objetiva as prioridades do desenvolvimento econômico e social. Tal caráter pode ser identificado na figura abaixo:

Figura 2 - Eixos temáticos da ENDES 2019-2031



Fonte: (BRASIL, 2019, p. 16).

Dentro do eixo econômico, destacam-se as megatendências¹⁰ que se apresentam como as principais sinalizações que devem ser entendidas como eventos que podem mudar as perspectivas e direções das estratégias tomadas:

As megatendências – fatores de grande probabilidade de ocorrência no desenvolvimento mundial, que já se desenham no presente e, de modo contínuo, apontam para o futuro – devem, necessariamente, ser incluídas quando se pensa o planejamento nacional, haja vista representarem importantes oportunidades ou riscos para a forma como as políticas deverão evoluir (BRASIL, 2019, p. 103).

Uma vivaz megatendência do eixo econômico, que se apresenta em correlação estrita com o objeto de estudo desse artigo, trata do desenvolvimento científico e de tecnologias cada vez mais integradas, que impactarão na eficiência e produtividade de

¹⁰ A ENDES apresenta megatendências mundiais que perpassam todos os seus 5 eixos e consideram os acordos internacionais, como os ODS da ONU. As megatendências foram levantadas a partir de documentos e estudos do IPEA, BNDES e CEPAL.

diversos setores extremamente importantes da Economia.

De acordo com o estudo *Megatendências Mundiais 2030*¹¹ realizado pelo IPEA (2015), o eixo *ciência e tecnologia* se consubstancia como uma dimensão imprescindível para moldar o futuro. O desenvolvimento tecnológico, segundo o estudo, ocorre de forma multidisciplinar e mais integrado, envolvendo diversas áreas do conhecimento que permeiam diversas áreas, da física, passando pela biotecnologia e nanotecnologia às telecomunicações. Destarte, o desenvolvimento da ciência em consonância ao da tecnologia “[...] contribui com os avanços nos campos da população e da geopolítica mundial, e delimitam o impacto no meio ambiente e nos resultados econômicos nos diversos países”, como corrobora o estudo do IPEA (MARCIAL, 2015, p. 99).

Sendo a economia do futuro uma economia digital (BRASIL, 2016), as aplicações tecnológicas e a disseminação cada vez mais intensas de TICs¹² continuarão ditando o ritmo e, principalmente, promovendo alterações nas estruturas de produção e na natureza do trabalho. As TICs, segundo o estudo do IPEA (2017) intitulado *Brasil 2035: cenários para o desenvolvimento*¹³, são consideradas motores propulsores para a dinamização da economia globalizada, além de serem consideradas uma das dimensões estratégicas para o desenvolvimento nacional.

A inovação particularmente tecnológica, é um dos motores fundamentais da competição e do desenvolvimento industrial. As transformações tecnológicas dos últimos 20 anos, principalmente com a ascensão das tecnologias de informação e comunicação, transformaram radicalmente os produtos, processos, formas de uso e a vida das pessoas. Aliada à liberalização comercial e financeira – vulgarmente chamada de globalização – promoveu uma nova conformação empresarial e **um novo dilema para o desenvolvimento** (DE NEGRI; SALERNO, 2005, p. 5, grifo nosso).

Tecnologias como Internet das Coisas (IoT), nanotecnologias, computação cognitiva – IA (do inglês *artificial intelligence*) –, *bigdata*, *fintechs*¹⁴, impressão 3D, *blockchain*, etc. afetarão diversos setores e economia como um todo. Assim, tecnologias digitais, suportadas por serviços de Internet melhores, são extremamente indispensáveis para uma visão que busca o desenvolvimento econômico e social. A essencialidade e os benefícios da difusão de tecnologias mostram-se imprescindíveis para a superação de gargalos, elevação de produtividade, cujos efeitos diretos possam refletir em mais competitividade

¹¹ Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/151013_megatendencias_mundiais_2030.pdf

¹² É um termo que amplia as TIs ao considerar no seu escopo a imprescindibilidade das Tecnologias de Comunicação.

¹³ Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170606_brasil_2035_cenarios_para_desenvolvimento.PDF.

¹⁴ Empresas ou startups que oferecem serviços bancários/financeiros com custos mais baixos para usuários finais.

da economia brasileira, bem como para um quadro de redução de desigualdades (BNDES, 2017; 2018). Para esse cenário tornar-se real, contudo, faz-se imperativo superar os gargalos de conexão, infraestrutura e regulação que ainda são necessários para que o desenvolvimento seja de fato inclusivo e sustentável.

A área digital tem-se mostrado como um novo centro vital das modernas economias e os países líderes têm se posicionado de forma estratégica em relação ao tema. No cenário internacional, diversos países buscam alavancar suas principais competências e vantagens, ao mesmo tempo preenchendo lacunas importantes para maximizar os benefícios da economia digital e o Brasil também deverá seguir este caminho (BRASIL, 2019 apud BRASIL, 2016). Corroborando a importância de alinhamento à economia digital e seus benefícios¹⁵ futuros, a Endes, levando em consideração o cenário nacional, entende que:

Essa tendência consubstancia-se em um fato positivo para o Brasil, onde há uma notável vantagem competitiva na agricultura e em tecnologias bio em geral, além de nichos nos quais o Brasil possui reconhecida expertise, como: exploração de petróleo em águas profundas; aviação; e softwares bancários, apenas para citar alguns. Essas expertises e potencialidades, se bem aproveitadas, nos permitirão manter a posição de liderança mundial no desenvolvimento de rotas tecnológicas nesses segmentos. A agropecuária brasileira deverá continuar a se expandir em ritmo superior à média mundial, o que implica em manutenção do importante papel das commodities na pauta exportadora, ainda que a diversificação na direção de outros segmentos de elevado valor agregado e menos vulneráveis a oscilações de preços internacionais (elevação da complexidade das exportações) seja um objetivo (BRASIL, 2019, p. 107).

O Brasil parece ter algum tipo de vantagem conquistada ao longo dos anos por uma especialização, ainda que preocupante, da sua pauta exportadora e que se configura como égide da sua economia. Buscar vantagem sobre a produtividade do trabalho, a partir de investimentos em CT&I, clareia uma possível retomada de crescimento e desenvolvimento. É preciso, sobretudo, que:

[...] o processo de desenvolvimento consiste no aumento continuado da produtividade do trabalho. É através do aumento do produto por trabalhador, propiciada pelo aumento da produtividade do trabalho, que se geram os recursos necessários que tornam possível atingir as demais dimensões do desenvolvimento. Sem o crescimento, não há desenvolvimento, embora às vezes o crescimento não propicie o desenvolvimento em suas demais dimensões – redução contínua da pobreza, melhoria da saúde e educação da população e aumento da expectativa de vida, entre tantas outras (FENDT, 2009, p. 84).

¹⁵ Estudos da *Accenture* e da *Oxford Economics* apontam que a economia digital pode chegar a 25,1% do PIB em 2021 e que se essa estratégia digital for otimizada, poderá trazer ganhos na ordem de 5,7% de acréscimo ao PIB em determinado ano. Além de evidenciarem que a economia digital global deverá crescer a um ritmo 2,5 maior que a economia mundial geral, o que deve representar um montante de U\$ 23 trilhões em 2025 (BRASIL, 2019).

Destarte, deve-se observar e estudar caminhos alternativos para obter retornos melhores e crescentes em relação à essa difusão tecnológica, senão o risco de permanecer especialista em bens de baixo valor agregado (mesmo com tecnologias incluídas nesses bens) pode comprometer o objetivo estratégico nacional de uma retomada de crescimento econômico e, por conseguinte, de um desenvolvimento econômico e social decorrente dessa empreitada.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento estratégico voltado à promoção do desenvolvimento econômico e social do Brasil, experimentou em suas fases históricas muitos acertos e erros. Apesar do período que perdurou por 50 anos (1930-1980), conhecido como Era Desenvolvimentista, no qual foram registrados avanços significativos de participação da indústria de transformação no PIB brasileiro, um processo acelerado e denominado de *catch-up*. Desde a década de 1980, o país vem vivenciando forte instabilidade política e econômica, com fortes rebatimentos sociais, o que culminou na necessidade de novos modelos de desenvolvimento para a nação.

A iminência da digitalização da economia, que não é mais promessa, mas apresenta tendências relevantes, pode proporcionar ganhos efetivos em competitividade se bem aproveitada. Novas estratégias nacionais voltadas à promoção do desenvolvimento econômico e social foram delineadas, a despeito das apresentadas nesse estudo: E-digital, Encti e Endes. Tais estratégias demonstram, em horizontes de médio e longo prazo, ações e compromissos do Estado, enquanto articulador das estratégias, com os anseios sociais e, principalmente, com a valorização de seus recursos e de sua soberania nacional.

Por fim, com alinhamento estrito às demandas e acordos internacionais, a exemplos dos ODs e Agenda 2030, as estratégias nacionais para desenvolvimento socioeconômico refletem ajustamento e conformidade às demandas econômicas e, sobretudo, soberania nacional na promoção de um desejado e desejável desenvolvimento inclusivo (com menos desigualdades) e mais integrado (sustentável). O planejamento está bonito e coerente no papel. Na prática são *outros quinhentos*. Enquanto *estratégias vivas* não só podem, mas devem ser acompanhadas por toda a sociedade; afinal, será esta a maior beneficiada de tamanho progresso, advindo de bases fincadas na ciência, tecnologia e inovação (CT&I).

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - E-digital**. Brasília, DF, 2018.
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (2016-2022)**: ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento econômico e social. Brasília, DF, 2016.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**. Brasília, DF, 2019.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Panoramas setoriais 2030**: desafios e oportunidades para o Brasil. Rio de Janeiro, 2017.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Visão 2035**: Brasil, país desenvolvido: agendas setoriais para alcance da meta. 1. ed. Rio de Janeiro, 2018.
- CASTELAR, Armando O Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento? *In*: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando (org.). **Sociedade e economia**: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília, DF: Ipea, 2009.
- CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- DE NEGRI, João Alberto; SLERNO, Mario Sergio; CASTRO, Antonio Barros de. Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras. *In*: DE NEGRI, João Alberto; SALERNO, Mario Sergio (org.). **Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras**. Brasília, DF: IPEA, 2005. Cap. 2, p. 47-74.
- FENDT, Roberto. Desenvolvimento é o aumento persistente da produtividade do trabalho. *In*: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. **Sociedade e economia**: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília, DF: IPEA, 2009.
- FIORI, José Luís. **História, estratégia e desenvolvimento**: para uma geopolítica do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2014.
- GALA, Paulo. **Complexidade econômica**: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2017.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil 2035**: cenários para o desenvolvimento. Brasília, DF: Ipea/Assecor, 2017.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Desafios da nação**. Brasília, DF: Ipea, 2018. v. 1.

KHAIR, Amir. Caminhos para o desenvolvimento - uma visão estratégica. *In*: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando (org.). **Sociedade e economia**: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília, DF: Ipea, 2009. Cap. 7, p. 59-70.

MARCIAL, Elaine C. (org.). **Megatendências mundiais 2030**: o que entidades e personalidades internacionais pensam sobre o futuro do mundo? - contribuição para um debate de longo prazo para o Brasil. Brasília, DF: Ipea, 2015.

SICSÚ, João. A construção de uma estratégia de desenvolvimento. *In*: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando (org.). **Sociedade e economia**: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília, DF: Ipea, 2009. Cap. 2, p. 19-27.

SICSÚ, João; CASTELAR, Armando (org.). **Sociedade e economia**: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ipea, 2009.

SILVA, Josué Gomes da. Para uma estratégia de desenvolvimento brasileiro. *In*: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando (org.). **Sociedade e economia**: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília, DF: Ipea, 2009. Cap. 5, p. 45-50.

ARTIGO 4

TÉCNICAS GERENCIAIS EM EMPREENDEDORISMO: aplicação da metodologia SWOT em Startups

Stéfany Machado de Lima¹

Andrea Caroline Santos Silva Melo²

Maria Eugenia R. Araujo³

RESUMO

O empreendedorismo tem-se fortalecido no Brasil por meio da abertura de startups. Segundo o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, muitas empresas desaparecem antes dos dois anos de vida devido à ausência de conhecimento de empreendedores sobre metodologias favoráveis ao gerenciamento para lidar com o investimento de modo a torná-lo crescente. A matriz SWOT é a metodologia que permite a empresa olhar para o ambiente em que está circunscrita. Por essa metodologia são verificados os fatores Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças) para compreender o ambiente interno e externo da empresa, apontando cenários a partir da interação entre esses ambientes e favorecendo a tomada de decisão. O objetivo desta pesquisa é demonstrar como a matriz SWOT pode no momento de criação das startups favorecer a competitividade e continuidade destas. A pesquisa é bibliográfica e descritiva, adota análise de conteúdo e deseja despertar motivação sobre esta metodologia ao levar o leitor a refletir sobre um fenômeno de mercado: a crescente busca pelo empreendedorismo no modo de startups. Como resultado do estudo, afirma-se que o modelo matriz SWOT ajuda o empreendedor em startup, obter eficácia no seu investimento.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Startups; Contabilidade Gerencial.

ABSTRACT

The opening of Startups has strengthened entrepreneurship in Brazil. According to the Micro and Small Business Support Service, many companies close their doors before two years of life due to entrepreneurs not having the proper knowledge about methodologies that favor management and dealing with the investment in order to make it grow. The SWOT matrix is the methodology that allows the company to look at the environment in which it operates. This methodology verifies the factors Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats to understand the internal and external environment of the company, pointing out scenarios built from the interaction between these environments, favoring decision-making. The objective of this research is to demonstrate how the SWOT matrix can, at the time of Startups creation, favor competitiveness and help its continuity in the long term. This research is bibliographical and descriptive, adopting content analysis and intends to motivate the reader to reflect on this methodology and on a market phenomenon: the growing search for entrepreneurship in the operandi mode of startups. As a result of the study, it is stated that the SWOT matrix model helps entrepreneurs in their Startups to get efficiency in their investments.

Keywords: Entrepreneurship; Startups; Management accounting.

¹ Discente do 7^a período do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

E-mail: stefany.lima@discente.ufma.br

² Discente do 7^a período do curso de Ciências Contábeis da UFMA.

E-mail: andrea.melo@discente.ufma.br

³ Docente do curso de Ciências Contábeis da UFMA.

E-mail: eugenia.maria@ufma.br

1 INTRODUÇÃO

Em 2021, conforme dados do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas- (SEBRAE), o empreendedorismo de micro e pequenas empresas tem sido responsável por 71% da geração de empregos no país¹.

No contexto de criação de novas empresas e novos postos de trabalho refletidos na economia, pela abertura de empresas responsáveis pela comercialização, produção de produtos e serviços, são identificadas variáveis envolvidas no ambiente empresarial. O empreendedorismo se firma em características diferenciadas no mercado, como mudança de paradigma, inovação, identificação de problemas, transformação de ideias em oportunidades, investimento, intensificação de habilidades e competências. O empreendedorismo é um dos pilares do desenvolvimento econômico das sociedades, porque traz possibilidades de inovação que causam mudanças econômicas e sociais as quais desenvolvem benefícios e oportunidades, resultantes da tecnologia.

No crescente empreendedorismo que o Brasil tem alcançado, destacam-se as empresas constituídas como *Startup*. A startup é uma empresa em estágio inicial e na maioria das vezes em processo de concretização e organização das suas atividades, podendo ainda não ter começado as negociações dos seus serviços e/ou produtos, embora já esteja em processo final de instalação (TABORDA, 2006). O foco principal das *startups* está relacionado “[...] à pesquisa, investigação e desenvolvimento de ideias inovadoras” (BARROCA, 2012, p. 22). Por outro lado, as startups não são empresas digitais, o que as define não é o uso de tecnologia, mas o empreendedorismo voltado para novas soluções e novos produtos ainda não existentes no mercado (RIBEIRO; ESPEJO, 2020). Isso justifica o fato de uma grande parcela das startups fazer parte do nicho de mercado em tecnologia, pois os custos em uma empresa do setor de tecnologia são menores durante a sua implantação.

Nessas considerações apresentadas acerca do empreendedorismo e startups, aponta-se como problemático a necessidade de conhecimento que o novo empreendedor precisa identificar em sua estratégia de negócio, o ambiente, cujos fatores internos e externos levam a tomada de decisão. Desse modo, aplicar uma metodologia de estratégia é desafiador para o início de uma atividade empresarial. Entretanto, é necessário considerar

¹ Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/tipoconteudo/empreendedorismo>.

fatores e características do negócio a ser investido, assim como os limites do próprio investimento, tais como mercado em que se localiza versus recursos disponíveis. Tais fatores são passíveis de controle ou atenção por parte do empreendedor. A partir dessas questões é que a limitação desta pesquisa ocorre, pois muitas ferramentas e modelos de decisões existem na literatura, entretanto a direção da pesquisa é para apontar que a metodologia SWOT aplicada após a abertura de empresa pode apoiar o empreendedor no início da atividade com um padrão estruturado e autorregulado na sua atividade.

Na literatura sobre gerenciamento de negócios, encontra-se a metodologia SWOT Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças). A elaboração da matriz SWOT é atribuída a Albert Humphrey, da Stanford University, e foi ele quem liderou um projeto de pesquisa nos anos 1960-1970 com base na Fortune 500 dos Estados Unidos. Nessa pesquisa foi encontrada a discrepância de 35% entre as empresas quanto aos seus objetivos e o que era executado por elas (KROUGERUS; TSCHAPPELER, 2017), o que refletiu o comportamento de empresas.

Segundo Porter (1986), o comportamento da empresa deriva da estratégia adotada que está relacionada à estrutura da indústria na qual ela está inserida. O autor ainda acrescenta que a empresa, através de suas tomadas de decisão, pode intervir no significado da indústria e influenciar a concorrência a seu favor, esperando melhor desempenho.

O comportamento de empresas é tratado na abordagem gerencial, razão pela qual os novos empreendedores precisam contar com uma metodologia de análise de cenário que possibilite conhecer o ambiente interno e externo do negócio em que opera para desenvolver no mercado a sua atividade econômica. Por isso, a análise SWOT pode ser experimentada no empreendedorismo.

Nesta pesquisa, os procedimentos metodológicos visam na revisão de literatura sistemática identificar a viabilidade da pesquisa ao reunir na metodologia SWOT as características desse tipo de empresa. Nesse sentido, busca-se o significado que possa favorecer o crescimento recente de startups e aumentar a reflexão e o conhecimento do que já existe na literatura sobre o tema. A pesquisa é bibliográfica e descritiva e adota análise de conteúdo para entender como as startups podem valer-se de modelos para fortalecer o empreendedorismo.

2 OBJETIVOS

A pesquisa tem como objetivo demonstrar e identificar quais fatores compõem a matriz SWOT, que estão presentes nas características das Startups, desde criação das mesmas, e possam favorecer a competitividade e continuidade do negócio.

3 METODOLOGIA

A pesquisa descritiva é conhecida como método de pesquisa observacional, pois nenhuma das variáveis que fazem parte do estudo influencia a análise de conteúdo e não se constitui numa simples técnica, mas é considerada um método analítico em constante revisão que se destaca pela vasta amplitude de estudos, publicações e pesquisas nas diversas áreas das ciências humanas e sociais. A análise de conteúdo aqui aplicada respalda-se em Bardin (2011).

Por esta análise, se buscou pelos fatores da matriz SWOT alinhar as características das startups identificadas como conceito de novas soluções e novos produtos (RIBEIRO,; ESPEJO, 2020), estágio inicial (TABORDA, 2006) voltado à pesquisa, investigação e desenvolvimento de ideias inovadoras (BARROCA, 2012).

Segundo método de Bardin (2011), os conceitos apresentados pela literatura sobre startup são significados nesta pesquisa como características. Os conceitos apresentados na matriz SWOT gerou as categorias de análise. Adotada essa classificação, aplica-se a interação dos fatores da matriz SWOT: ambiente interno composto pelas Forças e Fraquezas relacionadas ao ambiente externo – oportunidades e ameaças.

4 RESULTADO

Feita essa interação entre os ambientes e fatores, percebe-se que na Interação 1, Força e Ameaça, representada pelas características desenvolvimento de ideias inovadoras *versus* estágio inicial da empresa, o desenvolvimento de ideias inovadoras ajuda em novas soluções e redime a ameaça do estágio inicial da empresa. Na Interação 2, Fraquezas, o foco na pesquisa leva a Oportunidade, gerando novas soluções, e pode implicar descobertas ainda que a empresa esteja em estágio embrionário, que tem sido alvo de sucesso nas startups.

Como resultado de aprofundamento na literatura sobre empreendedorismo e análise SWOT em startup, chega-se aos resultados:

- 1 – O empreendedorismo fortalece a abertura de startups;
- 2 – A análise SWOT permite visualizar com clareza a startup na sua implementação;
- 3 – O raciocínio recíproco do ambiente interno com o ambiente externo torna claro como o desempenho de uma startup pode ser desenvolvido.

5 CONCLUSÃO

O empreendedorismo é a base da criação de Startups. A aplicação da metodologia da matriz SWOT levou ao cumprimento do objetivo, pois essa metodologia comprova que pode ser aplicada no momento de criação das startups e ajudar a favorecer a competitividade e a continuidade delas. A partir do estudo realizado, foi possível aplicar o método de análise de conteúdo para entender o significado dos fatores da matriz SWOT. Na interação entre os fatores da matriz SWOT, infere-se que estes são propulsores positivos na aceleração do crescimento do modelo de negócio startups.

A problemática que motivou esta pesquisa foi verificar a necessidade de conhecimento que o novo empreendedor precisa ter para identificar, em sua estratégia de negócio, os fatores internos e externos que influenciam a tomada de decisão no ambiente. Como resposta, infere-se que a análise SWOT permite visualizar com clareza a startup em sua implementação e que a interação entre o ambiente interno e externo da startup torna claro como o desempenho pode ser desenvolvido. Acrescenta-se ainda que, com a atual crise econômica, inúmeras pessoas estão optando por constituir uma empresa e desenvolver atividades com o objetivo de lucro e inovação. Nesse sentido, muitas empresas estão surgindo e desconhecendo as técnicas de gerenciamento, o que pode levá-las a perder a competitividade e, conseqüentemente, sair do mercado.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROCA, João Pedro Tomásia. **O sucesso das Startups em tempos de crise**. 2012. 76 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/6272>. Acesso em: 22 out. 2021.

KROUGERUS, Mikael; TSCHAPPELER, Roman. **O livro da decisão**. 1. ed. Rio de Janeiro. Best Busines, 2017.

PORTER, Michael E. **Estratégia Competitiva**: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. Rio de Janeiro: Campos, 1986.

RIBEIRO, Alexandre Coradini; ESPEJO, Marcia Maria dos Santos Bortolucci. Controle gerencial em startups: uma revisão sistemática. **Revista Desafio Online**, Campo Grande, v. 10, n. 1, p. 180-199, 2020.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Sebrae incentiva jovens ao universo do empreendedorismo**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/Sebrae-incentivajovens-ao-universodoempreendedorismo>. Acesso em: 1 set. 2021.

TABORDA, Ana. **O que é uma start up?** [S. l.: s. n.], 2006. Disponível em: http://www.gesentrepreneur.com/pdf/o_que_e_uma_start_up.pdf. Acesso em: 22 out. 2021.

ARTIGO 5

CHOQUES DE PREÇOS E RECRUDESCIMENTO DO CUSTO DE VIDA EM SÃO LUÍS: afinal, do que se trata?

Alex Brito¹

Matheus Farias²

Yann Santiago Pinier³

RESUMO

O artigo analisa o processo de aumento de preços em São Luís (MA) e propõe uma hipótese de que a escalada de preços não pode ser caracterizada como um processo inflacionário por não apresentar as características típicas do conceito teórico de inflação utilizado pela economia convencional. A partir de métricas próprias do cálculo de inflação aponta que, provavelmente, o aumento de preços é decorrente, principalmente, de choques internacionais, perturbações conjuntas. Assinala ainda que a caracterização do processo de aumento de preços como inflação tem como consequência aceitar, de fato, que a inflação não é um fenômeno monetário, mas um fenômeno real, provocado por desequilíbrios reais e que se manifesta no aumento de preço, a exemplo do já propugnado pela tradição estruturalista latino-americana.

Palavras-chave: Inflação; Custo de Vida; Choques.

ABSTRACT

The article analyzes the price increase process in São Luís (MA) and proposes a hypothesis that price escalation cannot be characterized as an inflationary process because it does not present the typical characteristics of the theoretical concept of inflation used by conventional economics. Based on the metrics used to calculate inflation, it points out that, probably, the increase in prices is mainly due to international shocks, joint disturbances. It also points out that the characterization of the price increase process as inflation has the consequence of accepting, in fact, that inflation is not a monetary phenomenon, but a real phenomenon, caused by real imbalances and manifested in price increases, for example of the already advocated by the Latin American structuralist tradition.

Keywords: Inflation; Cost of Living; Shocks.

¹ Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDSE) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: as.brito@ufma.br

² Téc. de Contas Regionais do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (MESC) e Mestrando do PPGDSE/UFMA. E-mail: matheus.farias@discente.ufma.br

³ Discente do Curso de Ciências Econômicas da UFMA. E-mail: yann.pinier@discente.ufma.br

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta a hipótese de que os aumentos de preços sofridos nos últimos meses, principalmente em razão da transmissão das cotações de commodities internacionais, representam choques de oferta que recrudescem as condições de vida por meio de um processo acelerado de carestia. Apesar disso, esse crescimento não pode ser caracterizado como inflação pelo menos na concepção ortodoxa ou convencional da economia, pois é decorrente de choques e, portanto, não tem persistência no tempo. Nesse sentido, o que se percebe é a baixa difusão dos preços, ou seja, são relativamente generalizados na cesta de bens e serviços medidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e provenientes de perturbações reais e não monetárias.

Para apresentar a hipótese, na seção seguinte é apresentada, sumariamente, a metodologia de cálculo de algumas métricas básicas do IPCA. Na terceira seção, mostra-se a trajetória dos preços em São Luís com base nessas métricas. Na quarta seção, à guisa de conclusão, realizam-se algumas considerações quanto à natureza do processo inflacionário.

2 METODOLOGIA

Para análise dos dados sobre a inflação em São Luís, consideramos os seguintes indicadores: *a variação acumulada no ano; a variação acumulada em 12 meses; e índice de difusão*. O primeiro foi definido conforme abaixo:

$$\Delta I_x^{S,l,jan:jan+t} = (I_x^{S,l,jan:jan+t} - 1) \times 100 \quad \text{onde } 1 \ll t < 12 \quad (1)$$

Onde x é o componente (subitem ou outro agregado do IPCA) da cesta de bens S , da área l (no caso, São Luís) e $\Delta I_x^{S,l,jan:jan+t}$ corresponde à variação acumulada desde o mês de janeiro do ano T (ano de referência) até o mês t desse mesmo ano.

O segundo, a *variação acumulada em 12 meses*, é análoga à expressão anterior. A diferença consiste no período de referência, em que $\Delta I_x^{S,l,t-12:t}$ corresponde à variação de um dado mês t do ano em referência, T , em relação ao mês $t + 1$ do ano anterior, $T-1$.

$$\Delta I_x^{S,l,t-12:t} = (I_x^{S,l,t-12:t} - 1) \times 100 \quad (2)$$

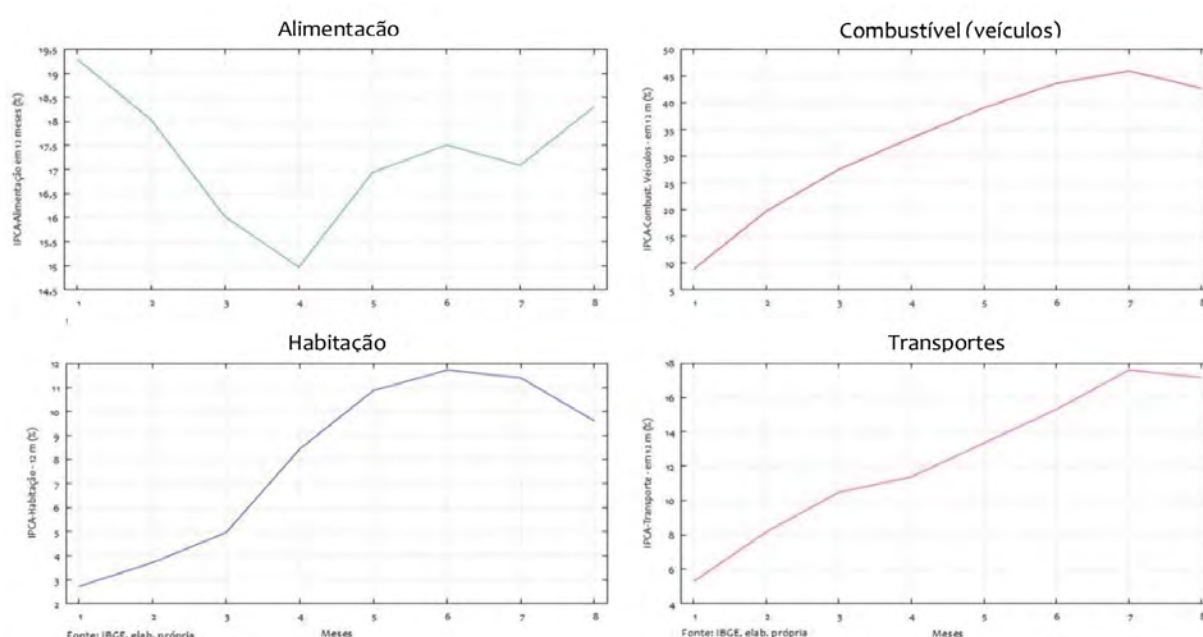
O *índice de Difusão (D)*, terceiro indicador, é dado como a razão percentual entre o número de variações mensais positiva (n) dos subitens (x) do IPCA e o número total de bens e serviços desses subitens (m), representando a menor agregação do IPCA. Por esse índice é possível analisar o patamar em que o nível de preços está generalizado em todos os bens e serviços medidos pelo IPCA em São Luís.

$$D = \frac{n\Delta I_x^{S,l,t-1;t}}{m} \times 100 \quad \text{onde } \Delta I_x^{S,l,t-1;t} > 0 \quad (3)$$

3 CHOQUES DE PREÇOS EM SÃO LUÍS (MA)

A elevação do IPCA recrudescerá severamente as condições de vida da população maranhense, principalmente em razão dos impactos dos choques das *comodities* no mercado internacional sobre os preços estratégico dos alimentos, combustíveis, habitação e transportes que estão reverberando sobre toda a cadeia de provisão de bens e serviços locais. Como pode ser visto no Gráfico 1 abaixo, todos esses preços, no acumulado em 12 meses, já se encontram em um patamar de 2 dígitos. Contudo, esses impactos ainda não podem ser considerados como um processo de aumento sistemático, persistente e generalizado dos preços, ainda que seja entendido como um processo complexo sujeito a pressões de demanda, de oferta e a indexações (SOUZA, SILVA, 2018).

Gráfico 1 - Inflação Acumulada em 12 meses da Alimentação, Combustíveis, Habitação Transportes para São Luís - janeiro a agosto de 2021

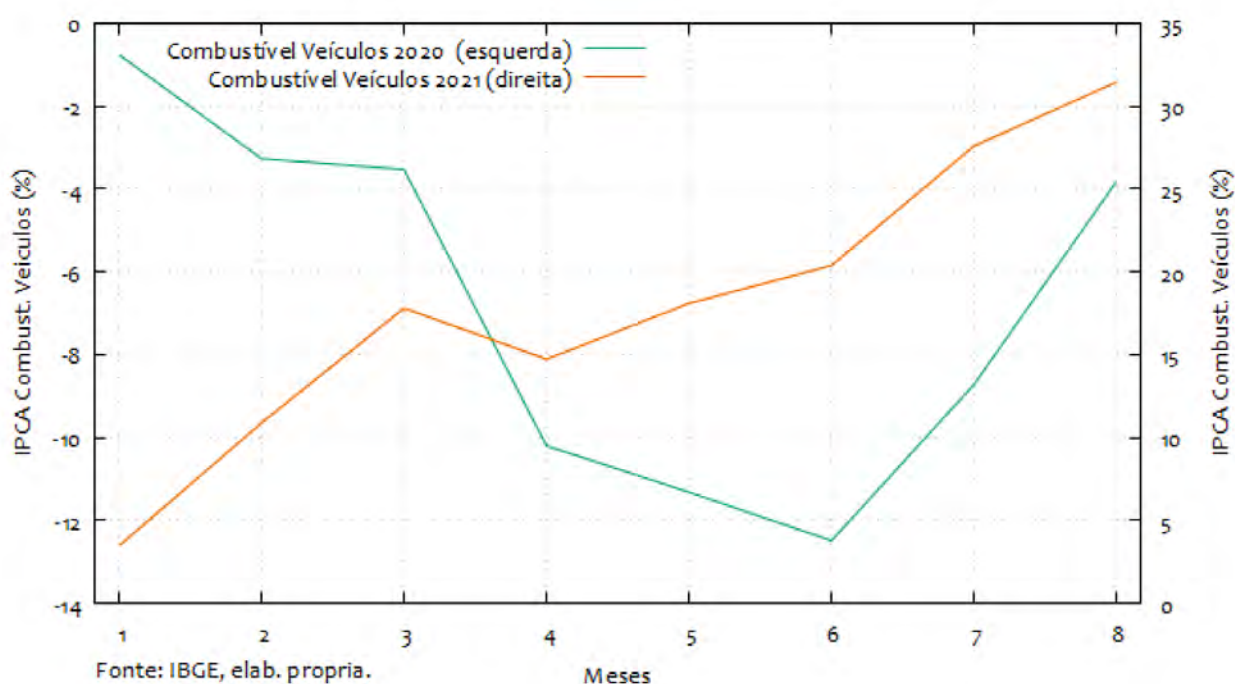


Em particular, os preços dos combustíveis apresentaram um aumento de mais de 40%, e os preços dos alimentos, de quase 19%, no acumulado de 12 meses até agosto de 2021. A tendência de aumento também se observou para os setores de habitação e transportes.

Contudo, na comparação dos primeiros 8 meses dos anos de 2020 e 2021, é possível constatar trajetórias distintas das verificadas neste último ano, o que pode ser uma evidência de que as perturbações sobre os preços são decorrentes de choques conjunturais e não de processos de aumentos consistentes ao longo de todo o período.

O caso dos combustíveis é um exemplo importante. Como pode ser observado no Gráfico 2, ao longo dos primeiros 8 meses de 2020, a variação de preços foi negativa, chegando a cair até 12% em função, principalmente, do desaquecimento da atividade econômica. Isso foi reflexo também da queda acintosa do preço do barril do petróleo no mercado internacional, chegando a pouco mais de US\$22 em abril do ano passado.

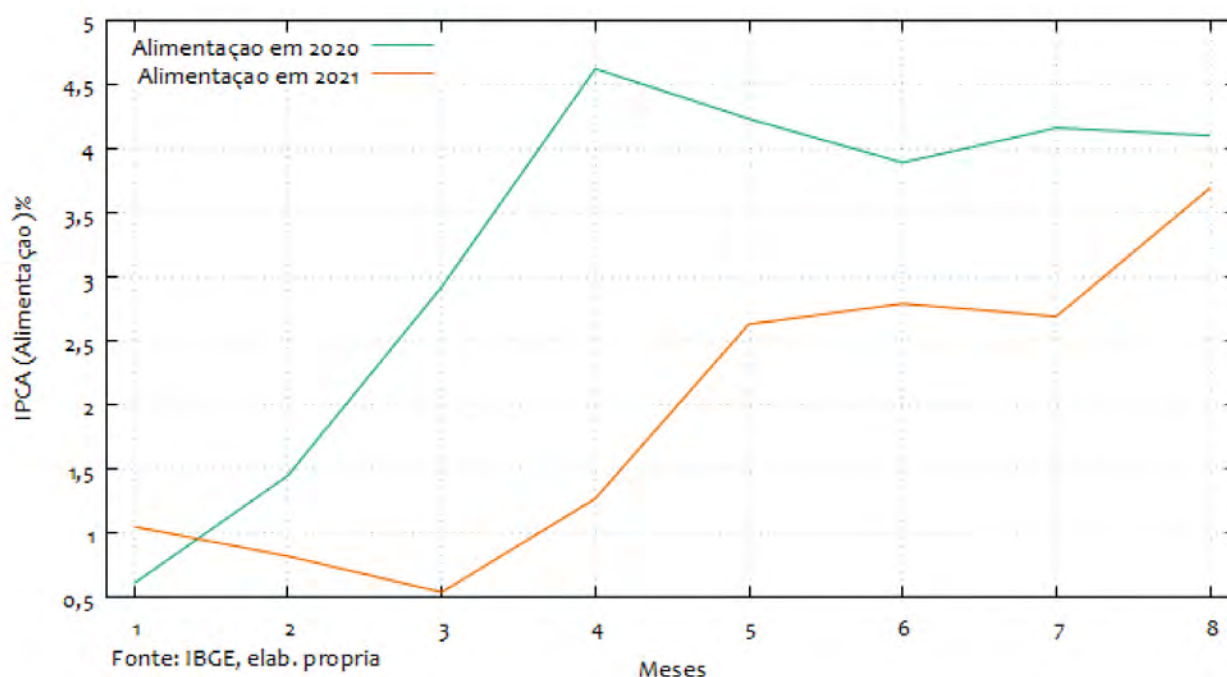
Gráfico 2 – Inflação Anualizada de Combustíveis para São Luís – janeiro a agosto de 2020 e 2021



Embora a variação de preços dos combustíveis comece a aumentar a partir de julho de 2020, ela só se torna positiva em dezembro de 2020, e apenas em 2021 o preço do combustível em São Luís inicia uma trajetória de rápida aceleração, culminando em um patamar de mais de 30% no acumulado anual, quando a cotação do petróleo no mercado global já voltava aos níveis pré-pandemia.

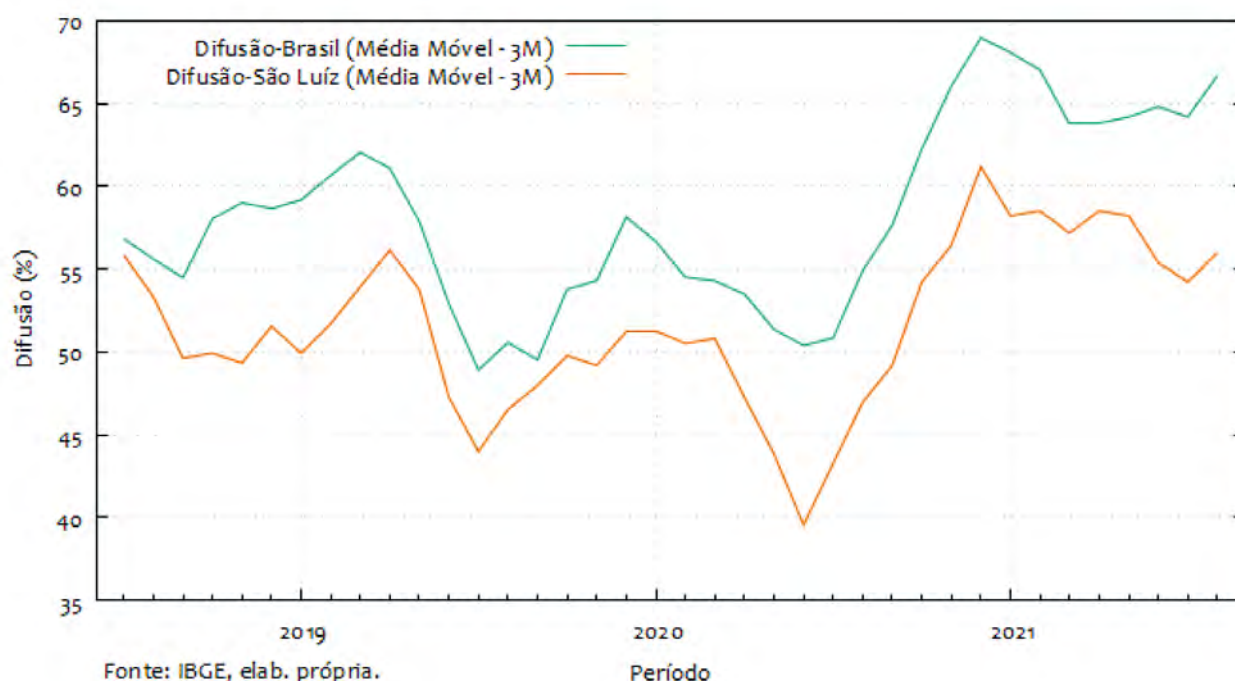
Outro exemplo importante desses choques é o impacto sobre o preço dos alimentos em São Luís (Gráfico 3). Como pode ser observado, o grupo de alimentos foi mais impactado pelo aumento de preços das *comodities* no ano de 2020 do que no ano de 2021. À exceção dos meses de janeiro, a curva de preços desse grupo, em 2020, foi superior a curva de 2021 em todos os meses do período, o que provavelmente evidencia que não houve um processo persistente de elevação dos preços de alimentos por conta dos choques internacionais, ainda que essas pressões tivessem elevado o patamar dos preços dos alimentos.

Gráfico 3 – Inflação Anualizada de Alimentos para São Luís – janeiro a agosto de 2020 e 2021



Um outro aspecto fundamental para corroborar a análise diz respeito à difusão dos preços. Além de persistente, o processo de alta dos preços precisa ser generalizado para caracterizar uma inflação. Geralmente, o Banco Central (BACEN) também calcula a difusão dos preços, que é justamente o percentual de bens e serviços que tiveram alta no período. Como pode ser observado no Gráfico 4, para o Brasil, a partir de 2018, a difusão só começa a aumentar a partir do segundo semestre de 2020, saindo de 50% e chegando a 70% já no final desse mesmo ano.

No caso de São Luís, para o mesmo período, a difusão dos preços não ultrapassou os 55%, chegando inclusive ao patamar de 40% (uma alta de preço generalizada seria acima de 50%, bem acima), apresentando, nos últimos dois anos a mesma tendência nacional, embora num patamar muito mais baixo.

Gráfico 4 – Índice de Difusão do IPCA para São Luís e Brasil (Média Móvel - 3M)

Na observação do gráfico, é evidente a tendência de queda da difusão desde 2018, caracterizando uma difusão de preços cada vez menos generalizada sobre a cesta de bens e serviços. Somente a partir de meados de 2020 que a escalda de preços começa a generalizar-se sobre a maioria dos bens e serviços medidos pelo IPCA. Ainda assim, é importante lembrar que mais de 50% do aumento do IPCA ocorreram devido à variação dos combustíveis (IBGE, 2021).

Portanto, muito provavelmente, o processo de alta de preços no qual estamos imersos atualmente reflete muito mais a piora do custo de vida, impactada por choques de preço, do que um processo inflacionário no conceito proposto pela economia convencional. Essas distinções são imprescindíveis para definição das políticas econômicas adequadas.

4 À GUIA DE CONCLUSÃO: custo de vida e inflação

Desde 1999, talvez, essas expressões passaram a ser usadas como sinônimos. E, por outro lado, vocábulos, como *carestia*, deixaram de ser comuns para expressar as condições de privação que, vez por outra, somos submetidos pelas oscilações do ciclo econômico. O fato é que o recrudescimento das condições de vida ou, para se usar uma expressão antiga, qualquer aperto no *nó da carestia* prontamente é chamada de inflação, fenômeno oficialmente medido pelo IPCA.

Acontece, porém, que essas expressões não são semelhantes. E não se trata de mera questão semântica. Fosse isso, não haveria, de fato, nenhum problema, já que, indubitavelmente, todos entendem o significado de quando alguém afirma que a inflação está alta. Mas, a questão, de fato, são as graves consequências políticas, às vezes não tão óbvias, desse precário consenso estabelecido.

A economia convencional define inflação como um fenômeno estritamente monetário a partir de um processo persistente e generalizado de alta dos preços. Da definição é importante serem observados três aspectos: o primeiro é que se a inflação é um fenômeno monetário, então, por definição, não haveria que se falar de *inflação do limão, inflação do petróleo, do leite, da energia elétrica, dos alimentos* e tantas outras expressões usadas pelos canais de comunicação. A razão é simples: todos são fenômenos reais (da esfera da produção), portanto não monetários. Bom, então não existe variação de preços provocada por alterações de custos ou por quebras de safras, (fenômenos reais)? Sim, existe! Fenômenos reais provocam alterações nos preços relativos. Mas isso, não é inflação! Ou seja, inflação não é qualquer aumento de preços, pelo menos não na economia padrão. E aí se chega aos outros dois aspectos: o aumento de preços, além de provocado por perturbações monetária, precisa ser *persistente e generalizado*.

Assim, *choques* de preços como os provocados por câmbio, commodities, alimentos (os que estamos vivenciando atualmente, demonstrado na seção anterior) não podem ser considerados como inflação por não apresentarem persistência no tempo, ou seja são ocorrências conjunturais, por isso são chamados *choques*.

Um exemplo, para ser mais claro: não é coerente que se acredite que em todos os anos ou meses, regularmente, haverá quebras de safras. Se assim o fosse, poderiam ser chamados de inflação os aumentos de preços daí decorrentes. Mas, embora elas ocorram, não são contumazes.

Não à toa, o BACEN, ao definir o *core inflation* (núcleo da inflação), expurga do IPCA os grupos de preços de bens e serviços vinculados aos alimentos e à energia por serem os mais suscetíveis a choques ou oscilações conjunturais. A propósito, em geral os índices de preços ao consumidor, que servem para medir a inflação, de boa parte dos países, como o dos Estados Unidos, não contemplam esses últimos grupos de preços, exatamente pelas mesmas razões.

O último aspecto que caracteriza uma inflação é saber se, além de persistente, o processo de alta dos preços é generalizado. Como visto na seção anterior, muito provavelmente, a difusão só começa a aumentar a partir do segundo semestre de 2020. E para São Luís, o indicador manteve-se num patamar muito baixo, não ultrapassando os 55%, à exceção dos choques provocados pelas perturbações internacionais.

Evidentemente, não há que se falar de inflação no Brasil ou no Maranhão, por mais estranho que isso pareça. O que tem ocorrido é um choque severo sobre as condições de vida, que vem ameaçando implacavelmente a nossa reprodução e existência, enquanto sujeitos de direito. *Inflação* e *Carestia* se combatem com políticas econômicas distintas. Inflação, pelo atual modelo de política econômica (Regime de Metas de Inflação), se combate com juros, mas a carestia não. Essa deve ser enfrentada com a mudança da política de preços da PETROBRÁS, já que cerca de 60% do IPCA são decorrentes dos impactos dos combustíveis (IBGE, 2021). Carestia também se combate com estoques reguladores, que, aliás, estão no menor nível histórico desde o governo Temer.

Chamar a carestia, decorrente dos choques de preços, de inflação contribui para legitimar a política de elevação da taxa de juros, cujo aumento, no entanto, não combate a carestia, pelo contrário, dilacera as nossas condições de vida.

E por que a insistência com o ajuste via taxa de juros? Talvez porque a taxa de juros garante aos que têm posições compradas na bolsa de valores (renda variável), ou seja, os que estão vendo suas aplicações derreterem uma migração pacífica e *legítima* para o porto seguro da *boa e velha renda fixa* (o mercado de títulos públicos). Sim, é isso mesmo: o consenso formado pelo governo de que isso que está à solta é uma inflação garante a proteção necessária à riqueza financeira dos mais aquinhoados. Assim, à medida que a variável privilegiada do ajuste econômico continua sendo a taxa de juros, a riqueza financeira de alguns é protegida à custa do empobrecimento de outros.

Por outro lado, boa parte da confusão feita entre inflação e custo de vida deve-se ao próprio índice de preços usado no Brasil para *medir* a inflação que, na verdade, é um indicador aproximado para medir o próprio custo de vida e não a inflação, a rigor.

Por último, um aspecto teórico relevante é a discussão sobre o que realmente é a inflação. Embora a economia convencional a apresente como um fenômeno monetário, a tradição estruturalista latino-americana já há muito apontava a inflação como um fenômeno real. Noyola Vasquez (1956) e Sunkel (1958) já identificavam a inflação como produto de desequilíbrios reais que se manifestavam em forma de aumentos do nível geral de preços.

Esses desequilíbrios poderiam vir da rigidez da oferta, da estrutura do mercado e do próprio conflito de classe pela apropriação da renda ou também do caráter dinâmico das economias, como a diferença no ritmo de crescimento da produtividade, e também de aspectos institucionais, como a organização da produção, políticas de precificação, entre outros aspectos.

O argumento também é corroborado por Generreux (1995) para quem a inflação pode ocorrer por diversas causas: desequilíbrios estruturais entre a oferta e a demanda ligado à constituição de serviços públicos não vendáveis ou de investimentos, que implicam uma distribuição imediata e significativa de renda, sem que haja um aumento concomitante da oferta de bens e serviços ou que estes aconteçam com grande defasagem; mudança da estrutura de custos dado o conflito político de repartição da renda entre capital e trabalho ou em função de alta inesperada dos custos de produção que torna a oferta menos lucrativa e reduz o volume ofertado; ou pela redução do nível de concorrência nos mercados que faz as empresas repassarem custos diretamente ao consumidor sem proverem outras alternativa de redução de custos; choque de oferta ou por choques de demanda; conflito distributivo; e muitas outras, a depender da especificidade de cada economia.

Portanto, identificar os choques de preços que dilaceram as atuais condições de vida como um processo inflacionário somente é aceitável se se admitir que a inflação não é, de fato, um fenômeno monetário, mas um processo complexo determinado em última instância por fatores reais.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Inflação**. Brasília, DF, v. 23, n3, set. 2021.

GENERREUX, Jacques. **Introdução à Política Econômica**. São Paulo: Loyola, 1995 (cap 1 a 7).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informativo para Mídia, vários números**. Rio de Janeiro, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema Nacional de Índices de Preço ao Consumidor**. métodos de Cálculos. 8. ed. Rio de Janeiro, 2020. (Relatórios Metodológicos, v. 14).

NOYOLA VÁZQUEZ, Juan F. El Desarrollo Económico y la Inflación en México y otros Países Latinoamericanos. **Investigación Económica**, México, v. 16, n. 4, p. 603-648, 1956.

SOUZA, Rodrigo Gustavo de; SILVA, Lucy Rosana. Uma breve análise do processo inflacionário do Brasil: sua origem, características e peculiaridade. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 22, p 103-126, jan./jun. 2018.

SUNKEL, Osvaldo. La Inflación Chilena: un enfoque heterodoxo. **El trimestre económico**, México, v. 25, n. 4, p. 570-599, 1958.



REVISTA MUNDO ECONÔMICO

GOVERNO DO
MARANHÃO
TRABALHANDO PARA TODOS

SEPLAN

IMESC

acadêmico
CORECON MA

 **CORECON** MA
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA